

Estudantes LGBT

no ambiente
universitário

*a permanência
enquanto ato
de resistência*

**Jailson
Batista dos
Santos**



Pedro & João
editores

**Estudantes LGBT no
ambiente universitário:
a permanência enquanto
ato de resistência**

Jailson Batista dos Santos

**Estudantes LGBT no
ambiente universitário:
a permanência enquanto
ato de resistência**

Copyright © Jailson Batista dos Santos

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos do autor.

Jailson Batista dos Santos

Estudantes LGBT no ambiente universitário: a permanência enquanto ato de resistência. São Carlos: Pedro & João Editores, 2024. 97p. 16 x 23 cm.

ISBN: 978-65-265-1273-9 [Digital]

1. Estudantes LGBT. 2. Permanência. 3. Universidade. 4. Resistência. I. Título.

CDD – 370

Capa: Luidi Belga Ignacio

Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828

Diagramação: Diany Akiko Lee

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Editorial da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil); Ana Patricia da Silva (UERJ/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 – São Carlos – SP

2024

Apresentação

A presente obra analisa os desafios enfrentados pelos estudantes LGBT para a permanência no contexto universitário, considerando a diversidade sexual e de gênero como aspectos relevantes para o entendimento dos processos de inclusão/exclusão. Trata-se de um recorte do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação apresentado ao Curso de Pedagogia com Área de Aprofundamento em Educação do Campo da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), intitulado "Os desafios da permanência de estudantes LGBT na universidade: uma perspectiva da diversidade sexual no Curso de Pedagogia – Educação do Campo" (Santos, 2017), apresentado como requisito para obtenção do título de Licenciatura Plena em Pedagogia. A obra se fundamenta nos pressupostos de Pierre Bourdieu (1998; 1983; 1989; 1994; 1996; 2002) sobre sociologia e educação, destacando a importância dos capitais social, cultural e econômico na vida dos indivíduos e nas condições de inclusão e exclusão vivenciadas no ambiente universitário.

A pesquisa destaca a importância de compreender a diversidade sexual e de gênero para estabelecer ambientes educacionais inclusivos e respeitosos, onde os estudantes não apenas permaneçam, mas também se afirmem e alcancem o sucesso acadêmico. Ao longo do estudo, são levantadas questões sobre os principais obstáculos enfrentados pelos estudantes LGBT, a inter-relação da identidade LGBT com as condições de permanência na universidade e como esses estudantes lidam com os desafios de exclusão no ambiente universitário. Observa-se que muitos estudantes LGBT optam por não expor abertamente sua orientação sexual devido a experiências de exclusão, insegurança e/ou situações de constrangimento dentro da universidade. Além disso, foram relatados casos de LGBTfobia presenciados ou informados pelos participantes, evidenciando disparidades na forma como homens gays e mulheres lésbicas são

discriminados. Ademais, ressalta a necessidade de políticas e práticas institucionais mais inclusivas e sensíveis às necessidades dos estudantes LGBT, ressaltando a importância de enfrentar as normas sociais e estruturais que alimentam a exclusão e a marginalização. A análise da permanência no ensino superior, sob a perspectiva da diversidade sexual e de gênero, revela a complexidade das experiências dos estudantes LGBT, transcendendo as políticas institucionais e envolvendo aspectos subjetivos e socioeconômicos. Por meio de uma metodologia de pesquisa qualitativa, utilizando dados estatísticos, questionários *online* e entrevistas semiestruturadas, o estudo busca a compreensão dos desafios enfrentados pelos estudantes LGBT no ambiente universitário, refletindo sobre suas trajetórias de resistência e superação na educação.

A obra está organizada em quatro capítulos. O primeiro capítulo, intitulado "**Permanecer é resistir: a permanência na universidade no contexto da diversidade sexual e de gênero**", discute a permanência universitária sob a ótica da diversidade sexual e de gênero, revisando literatura e dados sobre as experiências de estudantes LGBT, com foco em seus desafios e trajetórias de resistência. O segundo capítulo, intitulado "**Além da margem: avanços e desafios das políticas de permanência para estudantes LGBT na Educação Superior**", examina políticas públicas para a inclusão de estudantes LGBT na educação superior, destacando avanços e desafios na criação de um ambiente universitário mais inclusivo. No terceiro capítulo, intitulado "**O campo e os sujeitos interlocutores da pesquisa: perfil socioeconômico e de gênero dos estudantes LGBT do curso de Pedagogia - Educação do Campo**", exploramos os perfis socioeconômico e de gênero dos estudantes LGBT na UFPB, utilizando a sociologia de Bourdieu para compreender suas origens e como esses fatores influenciam sua permanência. O quarto e último capítulo, "**Os elementos que constituem os atuais desafios para a permanência de estudantes LGBT na universidade**", identifica desafios enfrentados pelos estudantes LGBT e propõe estratégias concretas para mitigá-los, visando garantir que todos possam alcançar seu pleno potencial acadêmico e pessoal.

Dedicatória

Dedico esta obra a toda a vibrante comunidade LGBTQQICAAPF2K+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Questionando, Intersexuais, Curiosos, Assexuais, Aliados, Pansexuais, Polisssexuais, Familiares, 2-espíritos e Kink), que enfrenta diariamente a LGBTfobia com coragem e autenticidade. Aos que, por motivos de vulnerabilidade social, não conseguiram alcançar a universidade. Aos que romperam barreiras e ingressaram no ensino superior. Às mulheres que enfrentam a misoginia simplesmente por serem quem são. Aos movimentos sociais de todas as causas, que lutam por um mundo mais justo. Aos docentes que ainda não sabem lidar com os 'despadronizados' e com as diversas formas e expressões da sexualidade. E aos docentes que valorizam a diversidade humana e dedicam-se, de coração, à verdadeira educação.

Não se deve fazer divisão binária entre o que se diz e o que não se diz; é preciso tentar determinar as diferentes maneiras de não dizer, como são distribuídos os que podem e não podem falar, que tipo de discurso é autorizado ou que forma de discricção é exigida a uns e outros. Não existe um só, mas muitos silêncios e são parte integrante das estratégias que apoiam e atravessam os discursos.

Michel Foucault

Agradecimentos

Agradeço aos deuses do bem, pelas vibrações positivas que me acompanharam ao longo da minha vida, proporcionando-me uma paciência quase infinita.

Ao meu pai, João Batista dos Santos, e à minha mãe, Maria Patrícia, que, apesar de não terem uma formação escolar completa, sempre serão meus doutores na vida, por me proporcionarem uma educação coerente com os princípios humanos.

Aos docentes que contribuíram de forma significativa para minha formação escolar no ensino básico, e aos docentes que complementaram essa formação no ensino superior.

À Professora Dr.^a Edineide Jezine, pela paciência, orientação e confiança, e ao Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Superior e Sociedade - GEPESS.

Ao saudoso Luciano Bezerra, que era historiador (falecido em 2017) e presidiu com maestria o Movimento do Espírito Lilás na Paraíba (MEL), sendo uma liderança de referência nacional nos movimentos sociais e na luta pelos direitos humanos.

A todos(as) os(as) estudantes da Universidade Federal da Paraíba, especialmente à turma de Pedagogia – Área de Aprofundamento em Educação do Campo - 2012.1.

E, por fim, agradeço aos amigos e amigas, de todas as tribos e cores, que fizeram parte da minha história em todos os âmbitos sociais em que estive presente.

Sumário

PALAVRAS INICIAIS	15
CAPÍTULO 1	21
PERMANECER É RESISTIR: A PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE NO CONTEXTO DA DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO	
1.1 De invisíveis a resistentes: a trajetória dos estudantes LGBT na educação	20
CAPÍTULO 2	35
ALÉM DA MARGEM: AVANÇOS E DESAFIOS DAS POLÍTICAS PARA ESTUDANTES LGBT NA EDUCAÇÃO SUPERIOR	
2.1 Caminhos da inclusão: políticas públicas e ações para permanência na Educação Superior	37
CAPÍTULO 3	49
O CAMPO E OS SUJEITOS INERLOCUTORES DA PESQUISA: PERFIL SOCIOECONMICO E DE GÊNERO DOS ESTUDANTES LGBT DO CURSO DE PEDAGOGIA - EDUCAÇÃO DO CAMPO	
3.1 “Ser ou não ser, eis a questão”: Não, a questão é como permanecer?	50
CAPÍTULO 4	65
OS ELEMENTOS QUE CONSTITUEM OS ATUAIS DESAFIOS PARA A PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES LGBT NA UNIVERSIDADE	
4.1 A permanência como um ato de resistência	66

PALAVRAS FINAIS	85
REFERÊNCIAS	89
SOBRE O AUTOR	97

Palavras iniciais

Caro(a) Leitor(a)

Para quem nunca passou por uma situação de vulnerabilidade social, a chegada à universidade e a conclusão de um curso de graduação podem parecer tarefas simples (Santos, 2017). No entanto, para aqueles que enfrentam processos de exclusão social pelo simples fato de serem quem são, de não se enquadrarem nos padrões de uma sociedade heteronormativa¹, como é o caso da população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), os desafios são muitos, e essas tarefas podem ser bem mais complexas do que se imagina.

Discutir a permanência desses estudantes LGBT no âmbito acadêmico implica considerar os aspectos que contribuem para sua superação (Santos, 2017). Isso porque muitos espaços educacionais ainda não estão devidamente preparados para acolher e valorizar as diferentes formas de expressão da sexualidade (Ferreira, 2015). A vivência acadêmica para essa parte da população é frequentemente marcada por episódios de preconceito e discriminação, que podem se manifestar de diversas maneiras, desde o bullying até a exclusão social. Esses fatores podem afetar diretamente o desempenho acadêmico e a saúde mental desses estudantes, tornando a trajetória universitária ainda mais desafiadora.

Neste livro, será abordado o seguinte tema: **“Estudantes LGBT no ambiente universitário: a permanência enquanto ato de resistência”**. Trata-se de um recorte do Trabalho de Conclusão de

¹ O termo "heteronormatividade" foi criado em 1991 pelo pesquisador americano Michael Warner. A palavra deriva do grego "hetero", que significa "diferente", e de "norma", que significa "esquadrão" (Pienta e Coceição, 2021). Disponível em: <<https://encurtador.com.br/fJywr>>

Curso de Graduação apresentado ao Curso de Pedagogia com Área de Aprofundamento em Educação do Campo da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), intitulado “Os desafios da permanência de estudantes LGBT na universidade: uma perspectiva da diversidade sexual no Curso de Pedagogia – Educação do Campo²” (Santos, 2017), apresentado como requisito para obtenção do título de Licenciatura Plena em Pedagogia. O trabalho analisou a categoria “permanência”, considerando a diversidade sexual e de gênero como aspectos relevantes nas análises sobre os processos de inclusão/exclusão percebidos nos espaços educacionais, tendo os estudantes LGBT como sujeitos interlocutores da pesquisa.

No contexto universitário, a questão que se coloca é compreender qual a relação entre ser LGBT e as condições de permanência na universidade. Para isso, adota-se uma metodologia de pesquisa qualitativa, utilizando dados estatísticos, questionário *on-line* e entrevistas semiestruturadas com estudantes autodeclarados LGBT do Curso de Pedagogia – Educação do Campo da UFPB, com o objetivo de entender os processos de inclusão/exclusão vivenciados pelos participantes da pesquisa no ambiente universitário. Nessa direção, partimos do pressuposto de que a diversidade dentro do ambiente universitário não deve ser apenas tolerada, mas sim celebrada e integrada nas políticas institucionais.

A presente obra fundamenta-se nos estudos do sociólogo francês Pierre Bourdieu (1983, 1989, 1994, 1996, 1998, 2002) sobre sociologia e educação, nos quais ele explora o poder simbólico e discute os conceitos de capital social, cultural e econômico, argumentando que estes têm um impacto significativo nas condições de vida dos indivíduos. Além disso, apoia-se em autores que abordam a diversidade sexual, a sexualidade e os processos de exclusão enfrentados por esses sujeitos em ambientes escolares e na

² O referido trabalho de Conclusão de Curso foi desenvolvido sob a orientação da Professora Doutora Edineide Jezine (Vide o Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1294753264777570>).

sociedade em geral, como Louro (1997), Silva (2011), Foucault (1988) e Scott (1989). Louro (1997) oferece perspectivas fundamentais sobre as relações entre gênero, sexualidade e educação. Silva (2011) analisa as relações de gênero e sexualidade nos currículos dos cursos de formação de professores, destacando a importância dessas discussões e as dificuldades estruturais e culturais das universidades em abordá-las eficazmente. Foucault (1988) e Joan Scott (1989) enriquecem o debate ao explorar as dinâmicas de poder e as construções históricas e sociais das identidades sexuais e de gênero.

O estudo também dialoga com as pesquisas do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Superior e Sociedade (GEPES/UFPB), que focam na problemática do acesso e permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade social no ensino superior (Castelo Branco; Jezine; Nakamura, 2015). Além disso, são utilizados dados estatísticos da Pesquisa Nacional sobre Vivências de Estudantes LGBT nos Ambientes Educacionais no Brasil, realizada pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexo (ABGLT, 2016), e dos relatórios anuais divulgados pelo Grupo Gay da Bahia (GGB, 2018), os quais revelam informações relevantes sobre a discriminação, preconceito, violência física e verbal enfrentados por pessoas LGBT, especialmente no ambiente escolar. Também são apresentados dados estatísticos de pesquisas desenvolvidas por outros órgãos/instituições pertinentes ao tema em foco.

A motivação para a publicação deste livro surge da necessidade de ampliar o debate e a compreensão sobre os desafios enfrentados por estudantes LGBT no ambiente universitário, especialmente no curso de Pedagogia, que tem a Educação do Campo como área de aprofundamento. Esta obra busca não apenas documentar e analisar as experiências desses estudantes, mas também promover uma reflexão crítica sobre as políticas e práticas educacionais que impactam sua permanência e inclusão. Ao destacar a diversidade sexual e de gênero como aspecto central da discussão sobre a permanência acadêmica, buscamos contribuir

para a construção de ambientes mais acolhedores e justos dentro das instituições de ensino superior, incentivando a adoção de medidas concretas que promovam a igualdade e o respeito à diversidade.

Jailson Batista dos Santos
Universidade Federal da Paraíba

Capítulo 1

PERMANECER É RESISTIR: A PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE NO CONTEXTO DA DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO

*De todos os fatores de diferenciação, a origem social é
sem dúvida aquela cuja influência exerce-se mais
fortemente sobre o meio estudantil*

Bourdieu & Passeron

Levando em conta a influência significativa da origem social no meio estudantil, conforme destacada por Bourdieu e Passeron (2014), é identificada como o principal fator de diferenciação. A análise sociológica enfatiza como as condições econômicas, culturais e educacionais transmitidas desde o nascimento têm um impacto profundo no desempenho e no sucesso acadêmico dos estudantes. Isso evidencia que, mesmo em um ambiente educacional que se pretende meritocrático, as persistentes desigualdades sociais desempenham um papel determinante ao configurar de maneira desigual as oportunidades e trajetórias educacionais (Bourdieu, 1998). No contexto universitário, para estudantes LGBT, essas desigualdades não se limitam ao acesso inicial à educação superior, mas permeiam toda a sua experiência acadêmica. Além dos desafios acadêmicos comuns enfrentados por todos os estudantes, eles também lidam com barreiras adicionais devido à discriminação e ao estigma. Conforme argumentado por Seffner (2009, p. 132) “o estigma e a discriminação são barreiras à construção da cidadania plena de qualquer indivíduo.” Muitas vezes, esses estudantes enfrentam ambientes educacionais que não estão preparados para lidar com a diversidade sexual e de gênero de maneira inclusiva e respeitosa.

Essa perspectiva é crucial para o debate sobre a permanência de estudantes LGBT na universidade, ressaltando como as desigualdades sociais, econômicas e culturais moldam profundamente suas experiências educacionais. A influência da origem social, discutida por Bourdieu e Passeron (2014), enfatiza que fatores como acesso a recursos educacionais, capital cultural e apoio familiar distribuídos de forma desigual podem afetar significativamente o desempenho acadêmico e a capacidade de enfrentar desafios no ambiente universitário. A resistência e a persistência tornam-se, então, elementos centrais da jornada acadêmica desses estudantes (Santos, 2017). Assim, 'a permanência enquanto ato de resistência' não é apenas um lema, mas uma realidade diária. Isso implica não apenas continuar nos estudos, mas também confrontar de forma ativa as normas sociais e estruturais que alimentam a exclusão e a marginalização.

Este primeiro capítulo busca iniciar uma discussão concisa sobre a permanência na universidade sob a ótica da diversidade sexual e de gênero. Para isso, será apresentada uma revisão de literatura e dados discutidos por autores que abordam esse tema, com especial atenção às experiências de grupos historicamente marginalizados e invisibilizados simplesmente por serem quem são, como os estudantes LGBT. O objetivo principal é aprofundar a compreensão dos desafios enfrentados por esses estudantes durante sua permanência no ambiente universitário e refletir sobre suas trajetórias de resistência e superação na educação.

1.1 De invisíveis a resistentes: a trajetória dos estudantes LGBT na educação

Pensar na trajetória dos estudantes LGBT na educação nos remete diretamente às reflexões do sociólogo francês Bourdieu (1998) sobre a educação institucionalizada. Nessa perspectiva, os sujeitos são analisados dentro de um quadro teórico que enfatiza as estruturas sociais, os campos de práticas e os capitais que moldam as oportunidades e comportamentos dos indivíduos na sociedade

(Bourdieu, 1998). Bourdieu identifica três categorias cruciais como determinantes estratégicos para o sucesso escolar: capital econômico, cultural e social (Bourdieu, 1998). Assim, a permanência de estudantes LGBT no ambiente universitário envolve uma análise profunda desses três tipos de capital, pois desempenham papéis cruciais que influenciam diretamente a experiência acadêmica desses estudantes.

O capital econômico refere-se às condições financeiras e materiais disponíveis para a manutenção e sobrevivência do indivíduo (Bourdieu, 1998). Esse tipo de capital não apenas influencia diretamente o acesso a recursos educacionais, mas também molda as oportunidades e os desafios enfrentados pelos estudantes ao longo de sua trajetória acadêmica. Nesse sentido, desempenha um papel crucial na determinação da capacidade dos estudantes de permanecerem e prosperarem, destacando a interseção entre recursos financeiros e sucesso educacional. A falta de capital financeiro para estudantes LGBT pode resultar em dificuldades adicionais para acessar moradia segura, serviços de apoio ou recursos educacionais essenciais. Essas barreiras financeiras podem também afetar negativamente seu bem-estar emocional e social, impactando seu desempenho acadêmico e sua capacidade de integração plena na vida universitária.

O capital cultural abrange o conhecimento, habilidades e valores transmitidos pelas famílias e comunidades (Bourdieu, 1998). Nessa perspectiva, Bourdieu (1998) identifica três formas principais desse capital: o incorporado, que se refere ao conhecimento e habilidades internalizados pelo indivíduo através da educação formal e da socialização familiar – por exemplo, a fluência em determinado idioma, conhecimento técnico específico ou habilidades artísticas são exemplos de capital cultural incorporado; o objetivado, que envolve objetos culturais e materiais que refletem o capital cultural de uma pessoa, como livros, obras de arte e instrumentos musicais – esses objetos não apenas representam a posse de conhecimento cultural, mas também podem ser utilizados como ferramentas para adquirir capital

cultural incorporado, através do acesso à informação e da participação em práticas culturais; e o institucionalizado, que diz respeito às qualificações educacionais e certificações formais que validam o capital cultural no contexto social. Esse tipo de capital cultural não apenas confere status e prestígio social, mas também abre portas para oportunidades educacionais e profissionais que exigem certificação formal.

Essas formas de capital cultural são fundamentais para entender os desafios enfrentados por estudantes LGBT na universidade (Santos, 2017). Aqueles que têm um forte capital cultural, adquirido através de uma educação e socialização favoráveis, podem estar mais preparados para lidar com os obstáculos acadêmicos e sociais que encontram no ambiente universitário. Por outro lado, aqueles que enfrentam falta de apoio familiar ou social podem ter um acesso limitado a esse capital, o que pode impactar sua capacidade de integrar-se plenamente e prosperar na universidade. Além disso, a ausência de redes de apoio dentro da instituição pode tornar mais desafiador o enfrentamento de situações de discriminação ou exclusão, afetando negativamente seu bem-estar emocional e desempenho acadêmico.

No contexto do conceito de capital social conforme Bourdieu (1998), este se refere às redes de relacionamentos, contatos e vínculos sociais que um indivíduo possui, os quais são essenciais para sua capacidade de mobilizar recursos por meio dessas conexões. Bourdieu (1998) destaca que o capital cultural e o capital social estão interligados: indivíduos com maior capital cultural tendem a possuir recursos que facilitam a construção e manutenção de redes sociais significativas. Por outro lado, aqueles com maior capital social frequentemente têm acesso ampliado a oportunidades para adquirir ainda mais capital cultural, através do compartilhamento de conhecimentos, experiências e participação em práticas culturais. Essa interação dinâmica entre capital cultural e capital social pode influenciar significativamente a trajetória educacional e social dos indivíduos, especialmente em contextos

onde a inclusão e a igualdade de oportunidades são entendidas como grandes desafios (Santos,2017).

O apoio familiar à diversidade sexual e de gênero emerge como um fator crucial nesse contexto, fortalecendo os estudantes LGBT e preparando-os para enfrentar com confiança os desafios da permanência acadêmica. No entanto, para aqueles que enfrentam rejeição ou falta de compreensão familiar, esses obstáculos adicionais não apenas impactam sua autoestima e motivação para persistir nos estudos, mas também limitam suas oportunidades de desenvolver redes de apoio significativas dentro e fora da universidade. Essa realidade é ainda mais evidenciada por estudos recentes que exploram a categoria de "permanência" (Branco; Jezine; Nakamura, 2016). Nessa perspectiva, destacam que, apesar de o sistema educacional parecer acolhedor, muitas vezes falha em proporcionar condições adequadas de acolhimento, permanência e formação, especialmente para alunos cujo perfil socioeconômico dificulta a conclusão do curso (Branco; Jezine; Nakamura, 2015). Esse paradoxo revela uma contradição estrutural na educação, onde políticas de inclusão frequentemente não oferecem suporte real e efetivo aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, impactando significativamente sua trajetória educacional e dificultando não apenas a entrada, mas também a permanência e o sucesso acadêmico.

Sabemos que a população brasileira enfrenta desafios significativos devido à acentuada desigualdade educacional e baixa escolaridade³. Esses problemas são reflexos de um sistema educacional historicamente desigual, onde o acesso equitativo à educação de qualidade tem sido uma meta difícil de alcançar. O caráter elitista da educação, historicamente destinado a uma parcela privilegiada da sociedade, tem afastado a escola do ideal de ensino democrático (Carvalho, 2015). Esse distanciamento perpetua uma estrutura educacional que reproduz e reforça as

³ Vide a **Fonte**: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2023-06/ibge-revela-desigualdade-no-acesso-educacao-e-queda-no-analfabetismo>>

desigualdades sociais, restringindo o acesso e a qualidade da educação para as camadas menos favorecidas. Segundo Carvalho (2015), essa exclusão sistemática não apenas marginaliza os grupos vulneráveis, mas também compromete o desenvolvimento social e econômico do país ao negar igualdade de oportunidades educacionais para todas as pessoas que delas necessitam. Assim como observado por Bourdieu (2002), a educação se configura como um privilégio da classe dominante, contribuindo para a exclusão das camadas populares nos ambientes escolares. Nesse contexto, a população LGBT enfrenta desafios adicionais devido à discriminação e à falta de suporte dentro das instituições de ensino superior. A ausência de políticas inclusivas e um ambiente frequentemente hostil podem impactar negativamente a permanência e o sucesso acadêmico dessa parte da população.

As relações entre educação, sexualidade e gênero perpetuam preconceitos, discriminações, hostilizações e violências contra indivíduos que não se enquadram nos padrões de heteronormatividade, o que pode significativamente dificultar sua permanência nos ambientes educacionais, especialmente no ensino superior (Prado; Altmann, 2023). Como enfatizado por Silva, Lopes e Silva & Castro (2021), ao abordarem as experiências de estudantes LGBTQIA+ nas universidades públicas, é crucial analisar como os processos formativos e as experiências no ensino superior moldam profundamente esses indivíduos. É essencial considerar essas vivências que influenciam a identidade dos corpos LGBTQIA+, visto que as universidades são espaços onde ocorrem complexos processos de subjetivação e dessubjetivação (Silva; Lopes e Silva; Castro, 2021). Políticas inclusivas e um ambiente acolhedor são fundamentais para promover a igualdade de oportunidades educacionais, garantindo que todos os estudantes possam prosperar em suas trajetórias acadêmicas.

Contudo, a análise da permanência no ensino superior, especialmente considerando a diversidade sexual e de gênero, revela a complexidade das trajetórias dos estudantes LGBT (Santos, 2017). A permanência na universidade até o sucesso acadêmico

transcende as políticas institucionais, abrangendo aspectos subjetivos e socioeconômicos dos estudantes (Zago, 2006). Compreender essas dinâmicas é crucial para desenvolver políticas educacionais que promovam a inclusão e a equidade, assegurando que todos os estudantes, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero, não apenas permaneçam, mas também resistam e prosperem no ambiente universitário (Santos, 2017). Nesse sentido, a análise dos desafios diários enfrentados durante a permanência em um curso de graduação, como o curso de Pedagogia, considerando o contexto de exclusão vivenciado pelos sujeitos LGBT, faz-se necessária. Como apontou Bourdieu (1998), a educação formal tende a aprofundar e legitimar a marginalização dos grupos culturais periféricos, ao mesmo tempo que privilegia indivíduos que já possuem os recursos que garantem a manutenção de posições sociais privilegiadas.

De modo geral, muitos ambientes educacionais ainda não estão adequadamente preparados para lidar com a diversidade de formas e expressões assumidas pela sexualidade (Ferreira; Ferreira, 2015). Em diversas situações, o preconceito e a discriminação são perpetuados de forma velada ou explícita, tornando a permanência de pessoas LGBT um verdadeiro ato de resistência (Santos, 2017). Essa realidade é corroborada por pesquisas que evidenciam a persistência de formas de aversão, como homofobia, violência verbal e física, além de preconceitos e discriminações (MEC, 1997; UNESCO, 2004; ABGLT, 2016; GGB, 2018). Esses desafios refletem não apenas a falta de políticas inclusivas e práticas educacionais sensíveis à diversidade sexual e de gênero, mas também evidenciam a necessidade urgente de transformações estruturais nas instituições de ensino.

Em 1997, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) introduziu uma variedade de temas transversais nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Entre eles, destaca-se a pertinência de enfatizar a 'Pluralidade Cultural e Orientação Sexual', que estabelece objetivos como: o respeito à diversidade de valores, crenças e comportamentos relativos à sexualidade; a compreensão

do prazer como um direito e uma dimensão da sexualidade humana; a revisão de tabus e preconceitos relacionados à sexualidade para evitar comportamentos discriminatórios; e o reconhecimento das características socialmente atribuídas ao masculino e feminino como construções culturais, posicionando-se contra as discriminações associadas a elas (PCN, 1997). Apesar da relevância desses objetivos, ainda são insuficientes no que diz respeito à preparação do corpo docente para lidar com a questão da orientação sexual em sala de aula. Como observa Souza (2013, p. 38), “os temas relacionados ao sexo e à sexualidade frequentemente são limitados à disciplina de Biologia”, evidenciando uma lacuna na educação quanto à abordagem transversal dessa temática proposta pelos PCN.

A escola, como qualquer outra organização, também pode promover violências, ou se omitir diante delas, comprometendo a trajetória escolar e profissional, colocando em risco, por vezes e até para sempre, a vida daquelas cujas orientações sexuais fogem à norma. A escola muitas vezes se silencia frente às várias práticas de bullying homofóbico, as quais podem causar danos físicos, morais e psicológicos (Souza, 2013, p. 40).

Conforme ressaltado por Souza (2013), as escolas frequentemente enfrentam o desafio de lidar com o bullying homofóbico e outras formas de discriminação que afetam estudantes LGBT. Esse tipo de violência é uma realidade evidente, que compromete não apenas o bem-estar emocional e psicológico dos jovens, mas também interfere diretamente em seu desempenho acadêmico e na continuidade de suas trajetórias educacionais. Sobre essa realidade, a pesquisa realizada pela UNESCO em 2004, envolvendo mais de 24 mil respondentes, revelou que 39,6% dos estudantes masculinos não gostariam de ter em sala de aula um colega homossexual, 35,2% dos pais e mães não gostariam que seus filhos tivessem um colega de classe homossexual, e 60% dos docentes afirmaram não estar suficientemente preparados para

abordar a questão da homossexualidade na sala de aula (Abramovay; Castro; Silva, 2004).

A omissão da escola diante de práticas preconceituosas não é apenas um problema ético, mas também um obstáculo para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Essas práticas criam um ambiente onde os estudantes LGBT se sentem marginalizados e inseguros, impactando negativamente sua autoestima e desenvolvimento pessoal. Vale salientar que a educação desempenha um papel crucial não apenas na transmissão de conhecimento, mas também na garantia de igualdade de condições para acesso e permanência, assim como no respeito à liberdade e na promoção da tolerância (Brasil, 1988).

Quando uma instituição educacional falha em enfrentar o *bullying* homofóbico, não apenas tolera a discriminação, mas também contribui para a perpetuação de estigmas prejudiciais, indo contra seu real papel transformador. Esse cenário é corroborado por um estudo significativo publicado em 2009 sobre preconceito e discriminação no ambiente escolar, patrocinado pelo Ministério da Saúde. Baseado em uma amostra de 18.500 participantes, incluindo estudantes, pais, professores e outros profissionais da educação, o estudo revelou que 87,3% dos entrevistados apresentavam atitudes preconceituosas e 26,1% demonstravam comportamentos discriminatórios em relação a orientações sexuais diferentes da heterossexual (Mazzon, 2009, apud ABGLT, 2016). Esses dados alarmantes sublinham a prevalência de agressões verbais e físicas contra estudantes LGBT, refletindo a falta de respostas adequadas por parte das famílias e das próprias instituições educacionais, o que resulta em ambientes inseguros para muitos desses estudantes (ABGLT, 2016). Essa insegurança, por sua vez, está associada a consequências graves, como baixo desempenho acadêmico, faltas frequentes, desistências, depressão e um forte sentimento de não pertencimento em instituições frequentemente hostis (ABGLT, 2016).

Em 2016, a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) publicou os resultados de um

extenso estudo sobre estudantes LGBT no ambiente escolar. O estudo revelou que 73% dos jovens identificados como LGBT sofreram agressões verbais na escola devido à sua orientação sexual, o maior índice entre os cinco países da América Latina onde a pesquisa foi conduzida (ABGLT, 2016). Esses dados destacam a significativa prevalência de opressões enfrentadas por estudantes LGBT no ambiente educacional, ilustrada por relatos pessoais que evidenciam essa realidade, conforme descrito a seguir:

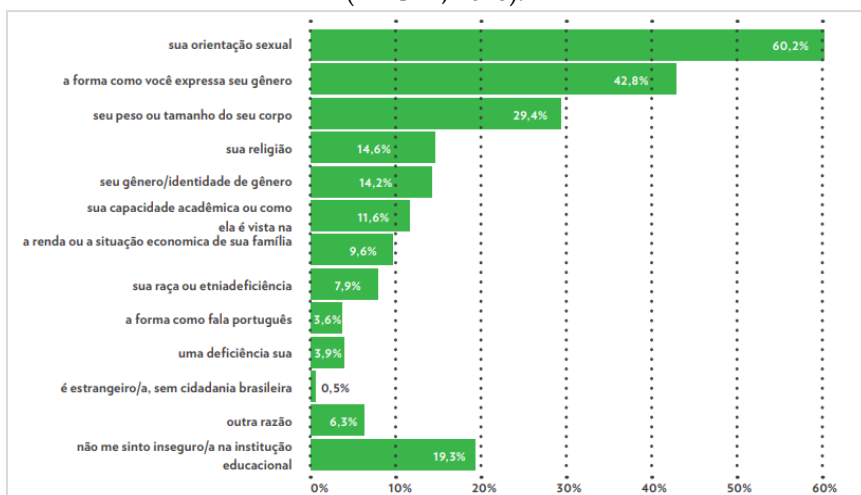
Me descobri no primeiro semestre como lésbica, e poucos meses depois como homem trans, e tive minha perspectiva de vida completamente alterada. [...] passei a receber olhares de ódio na rua. Eu, um jovem de classe média alta, branco, morando em um bairro rico, levei um choque de realidade ao perceber que eu tinha muitos privilégios [...]. Esse ano, tudo mudou para mim, eu tenho medo de andar na rua sozinho, eu tenho medo de me assumir para meus pais, eu tenho medo de nunca ser capaz de concluir minha transição, de não ser aceito no mercado de trabalho. Eu tenho medo de tudo e de todos. (Depoimento de estudante trans, 16 anos, estado de São Paulo). (AGLBT', 2016, p. 28).

Conforme observado no relato acima, a admissão dos medos da jovem destaca os múltiplos desafios enfrentados por estudantes LGBT ao longo de suas vidas. Esses medos refletem uma sociedade que ainda não aceita plenamente a diversidade sexual e de gênero existente. No contexto universitário, esse testemunho serve como um exemplo vívido de como a permanência na universidade se configura como um verdadeiro ato de resistência, revelando tanto as dificuldades quanto a resiliência desses indivíduos. Além disso, a insegurança e o medo de rejeição não apenas afetam a saúde mental e emocional desses estudantes, mas também podem ter consequências devastadoras para suas trajetórias educacionais e profissionais.

A pesquisa da ABGLT (2016) também investigou se os estudantes se sentiram inseguros dentro do ambiente escolar no último ano letivo devido a características pessoais, como orientação

sexual, gênero, identidade ou expressão de gênero. Isso incluiu a avaliação de até que ponto a aparência ou comportamentos correspondiam às noções tradicionais de "masculino" ou "feminino", além do tamanho ou peso corporal.

Figura 01: Percentual de estudantes que se sentem inseguros/as nas instituições educacionais por causa de uma característica pessoal (ABGLT, 2016):



Fonte: <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2016/03/IAE-Brasil-Web-3-1.pdf>

Em relação a essa questão, os dados revelaram que 60,2% dos estudantes LGBT afirmaram sentir insegurança dentro da escola devido à sua orientação sexual, conforme ilustrado na figura acima. Essa insegurança pode ter sérias consequências no bem-estar emocional e no desempenho acadêmico desses jovens, afetando negativamente sua experiência educacional e até mesmo sua permanência na escola.

Outro dado interessante refere-se às características dos participantes da pesquisa em relação à variável cor/raça/etnia. Identificou-se que a maioria, correspondente a 59,3%, se identifica como branca, seguida por 17,7% que se autodeclararam negros.

Isso revela uma diversidade significativa nos ambientes educacionais, conforme ilustra a figura a seguir:

Figura 02: Características dos/das participantes da pesquisa da ABGLT (2016):

Raça/cor ou etnia (n = 1007)	
Branca	59,3%
Afro-brasileira ou Negra	17,7%
Multirracial	14,6%
• Parda, Mestiço ou Moreno	5,3%
• Afro-brasileira ou Negra e Indígena do Brasil	2,1%
• Branca e Afro-brasileira/Negra	1,1%
• Afro-brasileira e Negra e Indígena do Brasil	1,8%
• Outro Multirracial	4,4%
Indígena do Brasil	4,5%
Hispânica	1,9%
Outra Raça ou Etnia	2,1%
Orientação Sexual (n = 1016)	
Gay ou Lésbica	70,7%
Bissexual ou Pansexual	22,2%
Outra (ex.: queer)	7,1%

Fonte: <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2016/03/IAE-Brasil-Web-3-1.pdf>

Conforme percebido, tanto os dados quanto os relatos demonstram que a hostilidade em relação ao público LGBT ocorre independentemente da cor/raça/etnia ou classe social. Essa aversão constitui um problema histórico, social e político perpetuado pelo padrão heteronormativo, que não reconhece suas próprias bases. Segundo Borrillo (2010), citado por Moreira (2011), a homofobia é reconhecida como um elemento que sustenta a dominação masculina, estabelecendo barreiras que dificultam relações íntimas

entre homens e contribuem para a formação de sentimentos homofóbicos. Para o sociólogo Pierre Bourdieu (1998), a questão da “dominação masculina” parte da perspectiva do poder simbólico, configurando-se como uma forma particular de violência que impõe suas significações como legítimas, enquanto dissimula as relações de força que a sustentam. A questão vai além de uma mera manifestação de preconceito; ela envolve a imposição de normas e valores que reforçam a marginalização e a exclusão de indivíduos não conformes ao padrão heterossexual dominante.

O estudo da ABGLT também revelou dados sobre a evasão escolar, demonstrando que os estudantes tinham duas vezes mais probabilidade de ter faltado à escola no último mês se foram vítimas de níveis mais elevados de agressão relacionada à sua orientação sexual ou identidade de gênero.

Segundo constatado pela referida pesquisa,

os/as estudantes tinham duas vezes mais probabilidade de ter faltado à escola no último mês se sofreram níveis mais elevados de agressão relacionada à sua orientação sexual (58,9% comparados com 23,7% entre os/as que sofreram menos agressão) ou expressão de gênero (51,9% comparados com 25,5%). [...]. Os/as estudantes LGBT que vivenciaram níveis mais elevados de agressão verbal por causa da orientação sexual ou expressão de gênero (frequentemente ou quase sempre) tinham 1,5 vezes mais probabilidade de relatar níveis mais elevados de depressão (73,7% comparados com 43,6% [que sofreram menos agressão] no caso da orientação sexual; 67,0% comparados com 45,3% no caso da identidade/expressão de gênero), [...] (ABGLT, 2016, p. 19).

Percebe-se que qualquer tipo de agressão sofrida no ambiente escolar, seja física ou verbal, é motivo suficiente para que a vítima se sinta excluída e, por vezes, acabe por abandonar os estudos. Nesse sentido, indivíduos que não se encaixam nos padrões heteronormativos, como os LGBT, expressam um crescente sentimento de não pertencimento à instituição educacional.

Os relatórios anuais divulgados pelo Grupo Gay da Bahia (GGB, 2018) reforçam essa triste realidade. Em 2018, 420 pessoas LGBT+ (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais) morreram no Brasil vítimas da homofobia, sendo 320 homicídios (76%) e 100 suicídios (24%). Esse número representa uma pequena redução de 6% em relação a 2017, quando foram registradas 445 mortes, o maior número nos 39 anos desde que o Grupo Gay da Bahia começou a coletar esses dados.

Ainda segundo o GGB (2018), ressalta-se que,

A cada 20 horas um LGBT é barbaramente assassinado ou se suicida vítima da LGBTfobia, o que confirma o Brasil como campeão mundial de crimes contra as minorias sexuais. Segundo agências internacionais de direitos humanos, matam-se muitíssimo mais homossexuais e transexuais no Brasil do que nos 13 países do Oriente e África onde há pena de morte contra os LGBT (GGB, 2018, p. 1).

Os números são alarmantes e revelam uma realidade de violência extrema contra pessoas LGBT no Brasil. O aumento progressivo no número de homicídios ao longo dos anos mostra a persistência e a gravidade dessa forma de violência, que não apenas ceifa vidas, mas também reflete um contexto de profundo preconceito e discriminação. Esses dados destacam a urgência de políticas públicas eficazes de proteção e combate à homofobia e transfobia, além da necessidade de uma mudança cultural e social para promover o respeito à diversidade e garantir a segurança e a dignidade de todas as pessoas, independentemente da sua orientação sexual ou identidade de gênero.

Diante do exposto, os dados de todas essas pesquisas revelam que a LGBTfobia tem sido alarmante nos últimos anos, causando transtornos psíquicos, educacionais e sociais irreparáveis às pessoas LGBT. Segundo afirmam Ferreira e Ferreira (2015), sua permanência nos espaços educacionais é ameaçada pela própria instituição, que, além de não oferecer condições favoráveis, contribui para a reprodução desse problema. Dessa forma, a

resistência e a persistência tornam-se elementos centrais da jornada acadêmica desses estudantes. Portanto, "de invisíveis a resistentes" não é apenas um lema, mas uma realidade vivida diariamente. Isso implica não apenas perseverar nos estudos, mas também confrontar ativamente as normas sociais e estruturais que perpetuam a exclusão e a marginalização.

Capítulo 2

ALÉM DA MARGEM: AVANÇOS E DESAFIOS DAS POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA PARA ESTUDANTES LGBT NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

A posição de um determinado agente no espaço social pode ser definida pela posição que ele ocupa na distribuição dos poderes que atuam em cada um deles, especialmente o capital econômico em suas diferentes espécies.

Pierre Bourdieu

Guiando-nos pelo sentido da epígrafe acima, é relevante destacar que, no contexto da educação superior, a posição de um indivíduo não se restringe apenas às suas habilidades acadêmicas ou aspirações pessoais, mas é profundamente influenciada pela distribuição desigual de recursos e poderes na sociedade. Conforme argumentado por Bourdieu (1989), a posição social de um indivíduo é definida pela sua localização na hierarquia dos diferentes tipos de poder que operam na sociedade, especialmente o capital econômico em suas múltiplas formas. Esta análise ressoa significativamente ao explorarmos os desafios enfrentados pelos estudantes LGBT para sua permanência na universidade.

Nesse contexto, considerar os avanços e desafios das políticas públicas e ações destinadas a promover a permanência de grupos historicamente marginalizados é crucial, especialmente dentro do paradigma da inclusão (Barretta; Canan, 2012). Isso implica em estratégias educacionais e políticas institucionais que reconheçam e respondam às necessidades específicas desses sujeitos, visando não apenas combater desigualdades, mas também promover efetivamente a igualdade de oportunidades dentro do ambiente acadêmico. A reflexão sobre políticas de inclusão se entrelaça

diretamente com a busca por avanços e a superação das barreiras que ainda persistem no sistema educativo, especialmente para os estudantes LGBT.

Um exemplo significativo dessa abordagem é o Programa “Brasil sem Homofobia”, criado pelo Governo Federal em 2004. Este programa tem como principal objetivo educar e mudar o comportamento dos gestores públicos, promovendo uma atitude positiva de não tolerância à discriminação contra pessoas LGBT e apoiando a luta contra a violência direcionada a essa população. Complementando essa iniciativa, o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, lançado em 2009, reforçou o compromisso do Estado brasileiro em assegurar os direitos fundamentais dessa população. A atuação do Estado, especialmente por meio da formulação e implementação de políticas, tem um impacto direto na vida das pessoas, determinando, reproduzindo ou alterando as relações de gênero, raça, etnia e o exercício da sexualidade (Brasil, 2009).

Algumas universidades públicas brasileiras, como a Universidade Federal da Bahia (UFBA) e a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), implementaram políticas de cotas e ações afirmativas que contemplam a orientação sexual e identidade de gênero, promovendo o acesso e a permanência de estudantes LGBT no ensino superior. Além disso, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído pelo Decreto nº 7.234/2010, visa ampliar as condições de permanência dos estudantes de baixa renda matriculados em instituições federais de ensino superior (Brasil, 2010). Embora não seja específico para estudantes LGBT, o programa pode beneficiar esse público ao oferecer assistência estudantil em áreas como moradia, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. As políticas de permanência da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), exemplificadas pela Portaria nº 02/2012, que regulamenta o Programa de Benefícios da

Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante (PRAPE), também são relevantes para esta discussão.

Neste segundo capítulo, serão abordadas as políticas públicas e ações voltadas para a permanência na educação superior de sujeitos em situação de vulnerabilidade social, com foco especial na inclusão do público LGBT. Nosso objetivo é examinar os avanços conquistados e os desafios enfrentados nesse cenário, destacando a importância de medidas que garantam a acolhida, inserção e permanência desses estudantes no ambiente universitário. Isso porque a permanência de estudantes LGBT na educação superior exige uma abordagem holística que vá além das políticas de acesso. Assim, refletiremos sobre como essas ações impactam a realidade dos estudantes, buscando compreender como as políticas públicas podem contribuir para a construção de um ambiente educacional mais inclusivo e igualitário, promovendo a diversidade e o respeito às diferenças.

2.1 Caminhos da inclusão: políticas públicas e ações para permanência na Educação Superior

Toda política pública deve ser concebida e estruturada com base na premissa da inclusão. Sob essa perspectiva, Hofling (2001) explica que políticas públicas são entendidas como a ação do Estado, envolvendo a implementação de projetos governamentais por meio de programas e ações destinadas a setores específicos da sociedade. O referido autor ressalta que o Estado não se limita à burocracia pública, mas também abrange diferentes organismos e agentes sociais no processo de decisão e implementação das políticas públicas (Hofling, 2001). Nessa visão, a educação é compreendida como uma política pública de natureza social, cuja responsabilidade recai sobre o Estado, mas que requer a participação ativa de diversos setores da sociedade para sua efetivação.

É notório que o termo “política pública” apresenta diversas definições, especialmente no contexto educacional. Conforme afirmado por Dye (2009), essas definições variam desde uma

qualificação mínima, entendida como “tudo o que o governo decide fazer ou não fazer”, até definições mais abrangentes que a concebem como um programa de ação governamental em um setor específico da sociedade ou em um espaço geográfico delimitado. Assim, compreendemos que as políticas públicas são ações e programas desenvolvidos pelo Estado para assegurar e implementar direitos previstos na Constituição Federal e em outras legislações (Dye, 2009). Estas medidas são criadas com o objetivo de promover o bem-estar da população. Nesse contexto, é pertinente questionar quais políticas públicas e ações estão sendo desenvolvidas para apoiar a permanência de estudantes LGBT na Educação Superior.

Em relação à política pública voltada para o público LGBT, é relevante mencionar o Programa “Brasil sem Homofobia”, iniciativa estabelecida pelo Governo Federal em 2004. Conforme mencionado anteriormente, seu objetivo principal é educar e influenciar a postura dos gestores públicos para promover uma cultura de não tolerância à discriminação contra pessoas LGBT e apoiar ações de combate à violência direcionada a essa comunidade (Brasil, 2004). Espera-se que essa colaboração interministerial, em parceria com os movimentos LGBT, promova e avance na implementação de novos padrões para definição de políticas públicas, incorporando amplamente e com dignidade milhões de brasileiros (Brasil, 2004). As políticas públicas delineadas no Programa têm potencial para serem bem-sucedidas por serem decisões consensuais, elaboradas para benefício de todos os cidadãos (Miranda, 2004). Esse Programa representa um marco fundamental para a ampliação e o fortalecimento do exercício da cidadania no Brasil, constituindo-se como um verdadeiro avanço na luta pelos direitos à dignidade e ao respeito à diversidade.

Já o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, lançado em 2009, reforçou o compromisso do Estado brasileiro em assegurar os direitos fundamentais dessa população. Este plano estabeleceu diretrizes e ações para combater a homofobia,

promover a igualdade de gênero e garantir o acesso à justiça e aos serviços públicos de forma não discriminatória. Dentre as diretrizes, destacamos importante mencionar, a “Garantia, a estudantes LGBT, do acesso e da permanência em todos os níveis e modalidades de ensino, sem qualquer discriminação por motivos de orientação sexual e identidade de gênero” (Brasil, 2009, p. 15). Dessa forma, a implementação deste plano no contexto universitário é essencial para criar um ambiente acadêmico inclusivo e seguro para estudantes LGBT. Contudo, vale salientar que as políticas públicas de inclusão na educação superior não operam isoladamente, mas sim dentro de um contexto social e político mais amplo. As resistências conservadoras frequentemente se manifestam em discursos e práticas que buscam manter a hegemonia de normas “heteronormativas” e “cis⁴normativas”. Esse contexto cria um ambiente adverso para a implementação de políticas inclusivas, resultando em barreiras estruturais que dificultam a permanência e o sucesso dos estudantes autodeclarados LGBT.

Ademais, as universidades têm um papel fundamental na formação de cidadãos críticos e engajados, e a inclusão de políticas públicas voltadas para a população LGBT é uma extensão natural desse papel. Além de combater a discriminação e a violência, essas políticas podem promover um senso de pertencimento e valorização da diversidade, o que é crucial para o bem-estar e o desempenho acadêmico dos estudantes LGBT. Um ponto central na análise sobre essas políticas é a interseccionalidade. A população LGBT não experimenta discriminação apenas com base em sua orientação sexual ou identidade de gênero, mas frequentemente enfrenta múltiplas camadas de opressão relacionadas à raça, classe e outras identidades sociais (Santos, 2017). Políticas públicas

⁴ O prefixo “cis”, de origem latina, significa “posição aquém” ou “ao mesmo lado”, fazendo oposição ao prefixo “trans” que significa “posição além” ou “do outro lado”. “Cisgênero” estabelece uma relação de antonímia com a palavra “transgênero” (Bagagli, 2018). Disponível em: <<https://encurtador.com.br/pgn1b>>

eficazes devem, portanto, adotar uma abordagem interseccional que reconheça e aborde essas complexas dinâmicas de poder.

Outra iniciativa a ser considerada versa sobre o caso específico da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Em 2015, a referida Instituição lançou a Política LGBT da Universidade com o objetivo de favorecer o acolhimento, a inserção e a permanência da comunidade LGBT na referida universidade. De acordo com as informações do site da instituição, o lançamento fez parte das ações da “Semana do Amor Igual”, organizada pelo Ministério Público de Pernambuco, o Movimento Mães pela Igualdade, o Humanitas-Unicap, o Instituto José Ricardo e a própria UFPE. Com essa iniciativa, a UFPE torna-se pioneira entre as instituições de ensino superior brasileiras ao adotar uma série de ações voltadas para sua população LGBT.

A Política LGBT da UFPE vai promover ações afirmativas, com o objetivo de minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais, reduzir as taxas de retenção e evasão escolar das pessoas travestis, transexuais, transgêneros e intersexuais, bem como promover a inclusão social pela educação. Também vai promover ações preventivas, protetivas, direcionadas à saúde da população LGBT e voltadas para a pesquisa LGBT. (UFPE, 2015; p.1).

Ainda de acordo com o site da instituição (2015), dentre as ações da Política LGBT da UFPE, destacam-se: ações afirmativas, como o projeto 'Vai ter trans na UFPE, sim!', que visa reduzir as taxas de retenção e evasão escolar das pessoas trans e garantir prioridade no acesso à bolsa de manutenção dessa população; ações preventivas, como o lançamento de campanhas de sensibilização na comunidade da UFPE sobre o uso do nome social e dos banheiros por pessoas trans; ações protetivas; ações direcionadas à saúde da população LGBT; e ações voltadas para pesquisa LGBT, como a elaboração de editais de fomento à pesquisa relacionada à problemática LGBT, a criação do prêmio 'A Diversidade na UFPE' para estimular e fortalecer pesquisas nessa

área, e a realização de seminários e congressos sobre essas temáticas, entre outras.

[...] A universidade, como uma instituição pública pertencente à sociedade, forma pessoas com uma visão ética, uma visão de cidadania, e que possam reagir a quaisquer tipos de violência ou de assédio às opções de gênero a que qualquer um tem naturalmente direito", disse o reitor Anísio Brasileiro durante o evento de lançamento. [...] O lançamento da Política LGBT da Universidade Federal de Pernambuco teve ainda a participação do promotor do Ministério Público de Pernambuco Maxwell Vignole "Nós precisamos não só do anteparo da academia, mas dessa luz, dessa informação que a parte científica e técnica pode nos dar para que nós, técnicos e aplicadores do direito, possamos conseguir, efetivamente, uma mudança [...] (UFPE, 2015; p.1).

Ao implementar políticas específicas para a comunidade LGBT, a UFPE não apenas acolhe melhor seus estudantes, professores e funcionários LGBT, mas também reforça seu compromisso com a diversidade e o respeito aos direitos humanos. Isso cria um ambiente mais seguro e acolhedor, onde todos os membros da comunidade acadêmica podem se sentir valorizados e respeitados, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero. Além disso, essa política desafia estereótipos prejudiciais e promove educação e sensibilização sobre questões LGBT dentro da universidade. Isso não só ajuda a combater preconceitos enraizados, mas também educa toda a comunidade acadêmica sobre a importância do respeito à diversidade. Socialmente, iniciativas como essa têm um impacto significativo ao liderar pelo exemplo e promover mudanças positivas na percepção pública e na aceitação da diversidade LGBT.

No que diz respeito às políticas e ações que favorecem a permanência na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), onde foi desenvolvido o trabalho de conclusão de curso que resultou neste livro, os pesquisadores Castelo Branco, Jezine e Nakamura (2015) destacam a Portaria nº 02/2012, que regulamenta o Programa de

Benefícios da Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante (PRAPE). Responsável pela gestão dos recursos do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), a Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante (PRAPE) tem como principal função planejar, coordenar e controlar as atividades de assistência e promoção ao estudante, com foco na sua permanência nos cursos de graduação presencial da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) (Castelo Branco, Jezine & Nakamura, 2015).

De acordo com os referidos pesquisadores,

O Programa de Benefícios “é o conjunto de ações estabelecidas pela Política de Assistência Estudantil tratada no Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, regulamentado pelo Decreto 7.234/2010”. Segundo o Art 2º, o Programa é composto por Restaurante Universitário; Auxílio manutenção; Mobilidade Estudantil Nacional e Internacional, dependendo, porém, no art. 13, da disponibilidade orçamentário-financeira da UFPB, o que tem dificultado a sua implantação efetiva (Castelo Branco; Jezine & Nakamura; 2015; p,10).

Percebe-se uma tentativa institucional de apoiar a permanência estudantil através de medidas como Restaurante Universitário, Auxílio Manutenção e Mobilidade Estudantil. No entanto, as dificuldades na implementação efetiva dessas políticas, como mencionado no artigo 13 da portaria, devido à restrição orçamentária, podem impactar desproporcionalmente estudantes LGBT. Estes estudantes frequentemente enfrentam desafios adicionais devido à discriminação, falta de apoio familiar e outros obstáculos sociais que podem afetar negativamente sua permanência na universidade. Portanto, a disponibilidade e a eficácia desses programas de assistência estudantil são cruciais para garantir que esses estudantes tenham suporte adequado para superar tais desafios e completar seus estudos com sucesso.

Ainda sobre as Políticas e ações que podem favorecer a permanência na UFPB, destacam-se: SECADI - Secretaria de

Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; SESU - Secretaria de Educação Superior; CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, conforme quadro a seguir.

Quadro 01: Políticas e ações que podem favorecer a permanência na UFPB⁵

SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
<p>Busca pensar políticas destinadas a sujeitos em situação de vulnerabilidade, que estão fora dos sistemas de ensino, e objetiva possibilitar sua inclusão, a partir da garantia do acesso e permanência. Para isso, são desenvolvidos programas como: Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir); Programa de Educação Tutorial (PET); Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO); e o Programa de Apoio à Formação Superior de Professores (PROLIND), que atuam em escolas indígenas de educação básica. O objetivo da SECADI é valorizar as diferenças e a diversidade, promovendo a educação inclusiva, garantindo os direitos humanos e a sustentabilidade socioambiental.</p>
SESU - Secretaria de Educação Superior
<p>Trabalha com programas e projetos de acesso e permanência voltados para educação superior, que trazem em sua perspectiva a inclusão social, como: o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI); o Programa de Apoio à Extensão Universitária (PROEXT); o Acessibilidade na Educação Superior (INCLUIR); o Programa Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (PROMISAES); o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES); o Programa Universidade para Todos (PROUNI); o Programa de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES); o Programas de Estudantes Convênio de Graduação (PEC-G); o Programa de Mobilidade Acadêmica Regional em Cursos Acreditados (MARCA); o</p>

⁵ Informações retiradas do artigo intitulado “Políticas de Expansão, Acesso e Permanência na UFPB (1996-2012). Disponível em:

<<http://www.coipesu.com.br/upload/trabalhos/2015/6/politicas-de-expansao-acesso-e-permanencia-na-ufpb-1996-2012.pdf>> Acesso em: 15 abr. de 2017.

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID); a Lei de Incentivo a Pesquisa.

CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Como agência de fomento, desenvolve programas de cunho acadêmico relacionado à formação inicial de pesquisadores e busca, em ações relacionadas à pesquisa científica e tecnológica, a integração de alunos, destinando bolsas para estudantes que estão associados em ações coordenadas por professores, utilizando como critério de distribuição de bolsas o desempenho acadêmico dos alunos e sua vinculação às Universidades.

Fonte: (Castelo Branco; Jezine; Nakamura, 2015) citado por Santos (2017).

A assistência estudantil desempenha um papel crucial diante dos desafios enfrentados pelos alunos ao longo de sua permanência na graduação. Surge então a seguinte questão: os estudantes sentem-se devidamente apoiados pela assistência oferecida pela universidade para garantir sua permanência? Este questionamento é fundamental ao analisar tais iniciativas. Nesse contexto, a Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante (PRAPE) tem sido responsável pela gestão dos recursos,

[...] do Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, a Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante – Prape tem a principal função de planejar, coordenar e controlar as atividades de assistência e promoção ao estudante, visando sobretudo à sua permanência nos cursos de graduação presencial da Universidade Federal da Paraíba (PRAPE; 2017; s/p).

Segundo informações da PRAPE, o acesso aos benefícios voltados para a permanência ocorre por meio de um processo seletivo que avalia a condição de vulnerabilidade socioeconômica. Esses processos seletivos são realizados em todos os campus da UFPB, geralmente nas primeiras semanas de cada período letivo. De acordo com a informação fornecida pela própria PRAPE (2017,

s/p), os campi I, II e III possuem calendários letivos sincronizados, enquanto o campus IV (Rio Tinto e Mamanguape) está um semestre defasado em relação aos demais.

Quadro 02: Assistência estudantil que pode favorecer a permanência

<p>AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO E AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO FINAL DE SEMANA</p>	<p>Concedido a estudantes classificados como vulneráveis socioeconomicamente para ajudar a custear em sua alimentação nos seguintes casos: aos estudantes da Residência Universitária no Campus I, onde o RU é fechado nos fins de semanas e feriados; aos estudantes que recebem auxílio-moradia no Campus I, onde o RU é fechado nos fins de semanas e feriados; aos estudantes que recebem auxílio-moradia nas Unidades Acadêmicas onde ainda não há RU (Campus IV-Unidade Acadêmica de Mamanguape, Campus I-Unidade Acadêmica de Mangabeira, Campus I-Unid. Acadêmica de Santa Rita)</p>
<p>AUXÍLIO-TRANSPORTE</p>	<p>Concedido a estudantes classificados como vulneráveis socioeconomicamente para ajudar a custear passagens em ônibus urbanos aos estudantes matriculados nas Unidades Acadêmicas de Mangabeira e Santa Rita do Campus I.</p>
<p>AUXÍLIO-CRECHE</p>	<p>Concedido a estudantes classificados como vulneráveis socioeconomicamente para ajudar a custear creche cujo filho esteja na faixa etária entre seis meses a três anos, onze meses e vinte e nove dias.</p>

Fonte: PRAPE (2012), citado por Santos (2017).

Lançar um olhar sobre as iniciativas voltadas ao público LGBT promovidas pela universidade demanda uma análise cuidadosa da diversidade de elementos envolvidos, considerando a complexidade do trabalho institucional (Santos, 2017). Nesse

contexto, as políticas públicas devem transcender a simples garantia de acesso ao ensino superior, focando também na manutenção da permanência desses estudantes na instituição, com vistas à conclusão dos cursos e ao sucesso acadêmico. Isso implica não apenas em criar condições de inclusão inicial, mas em sustentar um ambiente que apoie efetivamente esses estudantes ao longo de sua trajetória educacional.

As políticas públicas voltadas para estudantes LGBT na universidade desempenham um papel crucial na promoção da inclusão, no combate à discriminação e na garantia de direitos fundamentais para essa parcela da população. Segundo análises de Machado, Graupe e Locks (2020) sobre as Políticas Públicas LGBT e a Educação, é destacada a importância de políticas educacionais que abordem questões de gênero e sexualidade, especialmente em ambientes acadêmicos. Nessa perspectiva, a implementação de políticas educacionais nas universidades para enfrentar a violência contra estudantes LGBT e promover uma convivência respeitosa é um imperativo ético (Machado, Graupe & Locks, 2020). Tais políticas não apenas reafirmam o compromisso da instituição com os direitos humanos e a igualdade, mas também criam um ambiente mais seguro e acolhedor para todos os estudantes.

Ao discutirmos os desafios da permanência dos estudantes LGBT no ambiente universitário e considerar as políticas e ações que sustentam esse debate, é relevante utilizar os pressupostos teóricos de Bourdieu (1998). Sua teoria oferece um entendimento significativo para compreender a questão da permanência a partir do contexto individual. Bourdieu (1998), ao analisar a interação entre sociedade e educação, destaca a complexidade subjetiva do ser humano e como fatores externos influenciam os indivíduos. Ao se inserirem no campo social, esses indivíduos absorvem uma cultura e hábitos que reproduzem o modo de vida social. Para o autor, o *habitus* é um produto das relações sociais que perpetua as mesmas relações objetivas que o originaram (Bourdieu, 1998).

A interiorização pelos agentes de valores, normas e princípios sociais ocorre na medida em que suas ações se alinham à realidade

objetiva da sociedade em geral (Bonamino, Alves, Franco, 2010). Conforme destacado por esses autores, a ação é guiada por uma razão prática, fundamentada na lógica do senso prático e objetivo, permitindo ao agente atuar de forma eficaz e adquirir um conhecimento prático do mundo social. No entanto, é crucial notar que esse processo de interiorização não é uniforme e está sujeito a conflitos. As experiências individuais e as posições sociais dos indivíduos influenciam a maneira como eles absorvem e reproduzem esses valores e normas. Para estudantes LGBT, essa interiorização pode ser especialmente desafiadora, marcada pela tensão entre os valores predominantes da sociedade e os princípios de aceitação e inclusão que buscam afirmar em seus ambientes sociais. Essa dicotomia entre aceitação e resistência destaca a urgência de políticas públicas que não apenas promovam a inclusão, mas também reconheçam e enfrentem as desigualdades estruturais que impactam esses indivíduos.

É essencial que essas políticas sejam abrangentes e bem estruturadas, envolvendo ações como a capacitação de professores e funcionários, a criação de ambientes seguros e acolhedores, e a disponibilização de serviços de apoio psicológico e social. Além disso, é necessário que as universidades desenvolvam mecanismos de monitoramento e avaliação contínua dessas políticas para garantir sua eficácia e adaptabilidade às necessidades dos estudantes LGBT. Somente com um compromisso institucional sólido e uma abordagem interseccional é possível construir uma educação superior que verdadeiramente reflita os valores de igualdade e respeito à diversidade.

Quando uma instituição de ensino superior pública se preocupa em promover políticas e ações visando a manutenção de seus estudantes até o sucesso acadêmico, ela está contribuindo para que esses estudantes tenham, na prática, uma educação mais justa e verdadeiramente inclusiva. A criação de um ambiente acolhedor e de suporte constante é fundamental para a permanência dos estudantes LGBT, que frequentemente enfrentam desafios adicionais relacionados à sua identidade de gênero e orientação

sexual. Políticas públicas bem estruturadas, como assistência estudantil, programas de mentoria e suporte psicológico, são essenciais para criar uma rede de apoio que fortaleça a inclusão e promova a igualdade de oportunidades. Ademais, é crucial que essas políticas sejam constantemente avaliadas e aprimoradas, levando em consideração o feedback dos próprios estudantes beneficiados. A implementação de programas de capacitação para professores e funcionários sobre questões de diversidade e inclusão também é vital para garantir um ambiente educacional sensível e responsivo às necessidades de todos os estudantes. Dessa forma, a universidade não só promove a permanência acadêmica, mas também contribui para a formação de uma sociedade mais equitativa e respeitosa com a diversidade.

Portanto, a trajetória das políticas públicas voltadas para a comunidade LGBT no Brasil reflete um caminho marcado por desafios e avanços significativos. Desde o advento de programas como o “Brasil sem Homofobia”, até as iniciativas mais recentes, como a adoção de cotas de gênero e orientação sexual em universidades públicas, há um reconhecimento crescente da necessidade de garantir direitos e combater a discriminação. Esses programas não surgem de maneira isolada ou espontânea, mas são resultado de décadas de mobilização e resistência por parte dos movimentos sociais LGBT. A luta por visibilidade, igualdade de direitos e respeito à diversidade sexual e de gênero tem sido fundamental para pressionar o Estado a implementar políticas que promovam a inclusão e proteção dessa comunidade.

Capítulo 3

O CAMPO E OS SUJEITOS INTERLOCUTORES DA PESQUISA: PERFIL SOCIOECONÔMICO E DE GÊNERO DOS ESTUDANTES LGBT DO CURSO DE PEDAGOGIA - EDUCAÇÃO DO CAMPO

Os 'sujeitos' são, de fato, agentes que atuam e que sabem, dotados de um senso prático, de um sistema adquirido de preferências, de princípios de visão e de divisão, de estruturas cognitivas duradouras e de esquemas de ação que orientam a percepção da situação e a resposta adequada.

Pierre Bourdieu

Baseando-se no postulado de Bourdieu (1996) na citação acima, o campo e os sujeitos interlocutores nesta pesquisa não são meros objetos de estudo, mas agentes que atuam e compreendem, possuidores de um *habitus* que lhes confere estruturas cognitivas duradouras e esquemas de ação. Esses esquemas não são apenas reflexos automáticos, mas são também produtos da interpretação e da escolha dos próprios agentes, influenciados pelo contexto social e histórico em que estão inseridos (Bourdieu, 1996). Em um ambiente universitário supostamente hostil, os estudantes LGBT do curso de Pedagogia - Educação do Campo encontram-se em uma posição onde a permanência na universidade se configura como um grande desafio.

O campo onde a presente pesquisa foi realizada, no caso o Curso de Pedagogia - Educação do Campo, da UFPB, é concebido aqui como um cenário dinâmico de forças e conflitos, representando um espaço onde os capitais econômico, cultural, social e simbólico estão constantemente em jogo (Bourdieu, 1996). Nesse sentido, compreender profundamente o perfil

socioeconômico e de gênero dos estudantes LGBT torna-se essencial não apenas para desvendar as complexas dinâmicas de inclusão e/ou exclusão que moldam suas experiências, mas também para identificar como esses capitais são mobilizados e contestados pelos próprios estudantes dentro deste contexto.

Neste terceiro capítulo, mergulhamos na complexa e multifacetada realidade dos estudantes LGBT do curso de Pedagogia - Educação do Campo da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Utilizando a lente sociológica de Pierre Bourdieu (1996), exploramos os perfis socioeconômico e de gênero desses estudantes. Nossa análise vai além da apresentação de dados e estatísticas, buscando compreender esses agentes sociais como sujeitos dotados de senso prático e de um sistema adquirido de preferências e disposições, conforme as concepções 'bourdieusianas'. Procuramos delinear o perfil desses estudantes, mapeando suas origens socioeconômicas, identidades de gênero e orientações sexuais. Analisamos como esses fatores influenciam sua permanência no Curso de Pedagogia e como desafiam e reconfiguram o campo educacional em que estão inseridos.

3.1 “Ser ou não ser, eis a questão”: Não, a questão é como permanecer?

Antes de mergulharmos no mapeamento do perfil socioeconômico e de gênero dos estudantes LGBT do curso de Pedagogia - Educação do Campo, que constituem os interlocutores desta pesquisa, é crucial refletir sobre uma questão fundamental: não se trata apenas de ser e existir, mas sim de resistir. A comunidade LGBT não apenas existe, mas também resiste! Nesse sentido, é essencial oferecer uma explicação clara e objetiva das concepções e dinâmicas que envolvem essa comunidade. Nessa perspectiva, devemos direcionar nossa atenção para as questões de diversidade sexual, abrangendo tanto a orientação sexual quanto as expressões de gênero. Dessa forma, buscamos não apenas contextualizar o cenário da pesquisa, mas também destacar a

complexidade das experiências individuais dentro dessa comunidade diversa.

O Manual de Comunicação LGBTI+ (2018)⁶, desenvolvido pela Aliança Nacional LGBTI+, categoriza as identidades na sigla LGBTI+ de maneira abrangente e inclusiva. Lésbicas são mulheres que sentem atração afetiva e sexual por outras mulheres, enquanto gays são homens que experimentam o mesmo por outros homens. Bissexuais são pessoas que se sentem atraídas por gêneros masculinos e femininos, sem que isso implique em poligamia ou promiscuidade. O termo transgênero abarca indivíduos cuja identidade de gênero difere daquela designada ao nascimento, podendo ser homens, mulheres, travestis ou não-binárias. A letra Q engloba aqueles que desafiam normas convencionais de gênero e sexualidade, como drag queens, conforme a teoria queer. Intersexo refere-se a variações biológicas que não se enquadram na dicotomia tradicional masculino/feminino, enquanto assexuais são indivíduos que não sentem atração sexual por outras pessoas. O símbolo de "+" na sigla reconhece e inclui outras identidades de gênero e orientações sexuais que contribuem para a diversidade para além do padrão cis-heteronormativo.

A atenção às questões de diversidade sexual, que incluem orientação sexual e expressões de gênero, tem aumentado consideravelmente entre pesquisadores e formuladores de políticas públicas (Ferreira; Ferreira, 2015). Embora o objetivo deste livro não seja aprofundar na complexidade da sexualidade humana, é essencial ressaltar sua relevância e sua conexão com os sujeitos interlocutores desta pesquisa. A diversidade sexual abrange diversos aspectos da sexualidade e continua a ser objeto de estudos contínuos por vários pesquisadores (Foucault, 1988), (Scott, 1989), (Bourdieu, 1998), (Louro, 1997), (Silva, 2011).

A compreensão de conceitos fundamentais como sexualidade, sexo, gênero, identidade de gênero e orientação sexual é essencial

⁶ Disponível em: <<https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf>>

para as discussões sobre diversidade sexual. O filósofo Michel Foucault (1988) argumenta que a sexualidade é uma construção social intimamente ligada às relações de poder e que é através do discurso sobre a sexualidade que o poder é exercido e mantido. Além disso, o referido filósofo discute como os tabus em torno da sexualidade se intensificaram na era vitoriana, refletindo relações de poder repressivas. Para ele, gênero e identidade de gênero são conceitos dinâmicos, influenciados por fatores biológicos e culturais (Foucault, 1988). A Joan Scott (1989) parte do pressuposto de que o gênero não é uma categoria natural, mas uma construção social que define papéis e comportamentos esperados. Nesse sentido, a referida autora enfatiza a importância de analisar como as normas de gênero operam no contexto histórico, restringindo ou ampliando as possibilidades de identidade e expressão.

O sociólogo Pierre Bourdieu (1998) argumenta que a sexualidade, como a entendemos hoje, é uma construção histórica, resultante da separação entre razão mítica e razão lógica. Essa construção histórica implica que os conceitos de sexualidade, assim como os papéis e normas associados a ela, evoluíram ao longo do tempo. A professora Guacira Louro (1997) explora como as identidades de gênero e as sexualidades são socialmente construídas e contestadas, especialmente no contexto educacional. Ao direcionar o foco para o caráter “fundamentalmente social” do gênero, a referida autora infere que não se pretende negar a influência da biologia na constituição do gênero. Em vez disso, enfatiza-se deliberadamente a construção social e histórica que se desenvolve sobre as características biológicas. Ela reconhece que, embora os corpos sejam sexuados, o entendimento e a experiência do gênero são moldados por normas sociais e contextos históricos (Louro, 1997). Dentro do contexto educacional, Silva (2011) analisa as relações de gênero e a sexualidade no currículo dos cursos de formação de professores, destacando tanto a importância dessas discussões quanto as dificuldades estruturais e culturais das universidades em abordá-las de maneira eficaz.

Entender a diversidade sexual é fundamental para estabelecer ambientes educacionais inclusivos e respeitosos, onde todos os estudantes não só possam se manter, mas também se afirmar e alcançar sucesso. A análise da permanência no ensino superior, especialmente quando se considera a diversidade sexual, revela a complexidade das experiências dos estudantes LGBT. A questão da permanência transcende as políticas institucionais, envolvendo aspectos tanto subjetivos quanto socioeconômicos (Santos, 2017). A compreensão dessas dinâmicas é crucial para o desenvolvimento de políticas educacionais que não apenas fomentem a inclusão e a equidade, mas também garantam que todos os estudantes, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero, possam não apenas continuar seus estudos, mas também superar os desafios no ambiente universitário.

Conforme dito inicialmente, o foco principal deste capítulo é explorar o perfil socioeconômico e de gênero dos estudantes LGBT interlocutores da pesquisa, concentrando-se especificamente nos alunos do Curso de Pedagogia - Educação do Campo. Contudo, para proporcionar um contexto adequado, é essencial saber o que é esse Curso que tem a Educação do Campo como uma área de aprofundamento. Isso permitirá estabelecer uma conexão significativa entre o ambiente de estudo, o debate sobre diversidade sexual e os desafios enfrentados pelos estudantes investigados.

O Curso de Pedagogia com ênfase em Educação do Campo surgiu como resultado das demandas e lutas dos movimentos sociais do campo por políticas públicas que promovessem melhores condições educacionais para essas comunidades (Felinto, 2015). A Educação do Campo, que substituiu o conceito anterior de "Educação Rural", foi formalmente introduzida em julho de 1997 durante o Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária – ENERA, realizado na Universidade de Brasília (UnB) em colaboração com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, UNICEF, UNESCO e CNBB (Fernandes; Molina, 2003). Este novo paradigma ampliou a concepção tradicional de

educação rural ao incorporar outras dimensões da vida no campo, sob a influência direta dos movimentos sociais, especialmente os trabalhadores rurais.

Com uma grade curricular abrangente, o curso de Pedagogia – Educação do Campo da UFPB tem como objetivo formar professores de nível superior para atuar em projetos educativos nas áreas rurais e em assentamentos de movimentos sociais (PPP, 2009). Nessa perspectiva, almeja-se que a formação do profissional da educação não apenas abranja o domínio dos conteúdos que ensina, mas também uma compreensão crítica desses conhecimentos e práticas (PPP, 2009). Para tanto, é fundamental que ele esteja familiarizado e apto a utilizar as novas tecnologias, alinhando-as ao projeto de emancipação das classes menos favorecidas.

O Curso de Pedagogia – Educação do Campo da UFPB não apenas serviu como local para a pesquisa sobre os desafios enfrentados por estudantes LGBT para permanência no âmbito universitário, mas também ilustra um compromisso profundo com a igualdade e a inclusão no ensino superior. Este curso visa não só transmitir conhecimento técnico, mas também promover uma compreensão crítica e reflexiva das práticas educativas (PPP, 2009). Além disso, ao integrar as novas tecnologias de maneira estratégica e alinhada ao ideal de emancipação das classes menos favorecidas, o curso não apenas prepara seus graduandos para o mercado de trabalho, mas também os capacita a ser agentes de transformação em suas comunidades e na sociedade em geral.

Para analisar o panorama geral do perfil socioeconômico e de gênero dos estudantes participantes da pesquisa, utilizamos um questionário ⁷ *online* estruturado em três partes: I) perfil socioeconômico e de gênero; II) recorte LGBT: elementos que constituem os desafios de permanência no curso; e III) entrevista

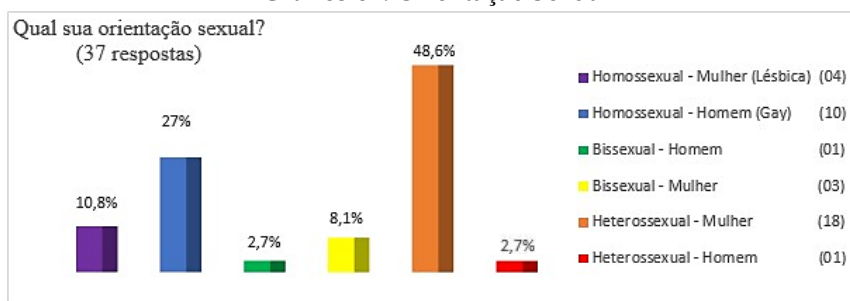
⁷ Para compor as questões deste questionário, foi fundamental basear-se na pesquisa publicada pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT (2016), o que agregou credibilidade e relevância ao trabalho.

semiestruturada: relação entre ser LGBT e as condições de permanência na universidade. Tanto a entrevista quanto o questionário foram elaborados com o objetivo de capturar os elementos que configuram os desafios atuais enfrentados pelos estudantes LGBT no Curso de Pedagogia - Educação do Campo.

Inicialmente, as questões sobre perfil pessoal, socioeconômico e de gênero foram abordadas de forma abrangente. Após a obtenção desses dados iniciais, realizou-se o recorte LGBT e aplicou-se um segundo questionário, focando em aspectos relacionados à orientação sexual dos participantes. Na época da realização desta pesquisa, o Curso de Pedagogia – Educação do Campo da UFPB contava com 327 estudantes matriculados, conforme informações da Coordenação (Santos, 2017). O estudo concentrou-se nos alunos do 5º ao 10º período (2015-2017), totalizando 163 estudantes. Dentre estes, 37 responderam ao questionário *online*: 19 se declararam heterossexuais (homens e mulheres) e 18 se declararam LGBT (gays, lésbicas, bissexuais, trans).

O gráfico a seguir revela uma presença significativa de estudantes LGBT no curso de Pedagogia – Educação do Campo, evidenciando uma diversidade marcante em comparação aos estudantes declarados heterossexuais.

Gráfico 01: Orientação Sexual



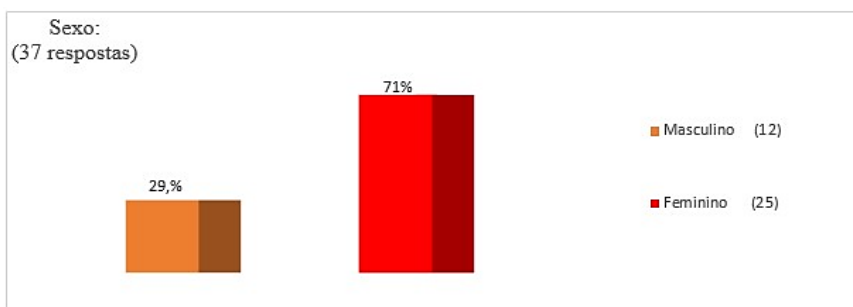
Fonte: Acervo da pesquisa (Santos, 2017)

Vale salientar que o questionário também incluiu perguntas sobre a identidade de gênero dos participantes, porém não foram

obtidas respostas específicas sobre a presença de pessoas transexuais ou travestis no curso, o que indica possíveis desafios adicionais enfrentados por esses grupos no ambiente universitário. Esse cenário destaca a urgência de promover um ambiente educacional mais acolhedor e inclusivo, livre de preconceitos, para garantir não apenas a permanência, mas também o sucesso acadêmico desses estudantes. Além disso, ressalta-se a importância de implementar políticas e práticas inclusivas que não apenas reconheçam, mas também apoiem ativamente a diversidade, visando promover um ensino superior mais equitativo e acessível para todos.

No que diz respeito à variável 'sexo', os dados revelam que a maioria dos estudantes que permanecem no curso são do sexo feminino, representando 71%, enquanto os do sexo masculino constituem 29%, conforme demonstrado no gráfico abaixo.

Gráfico 02: Sexo

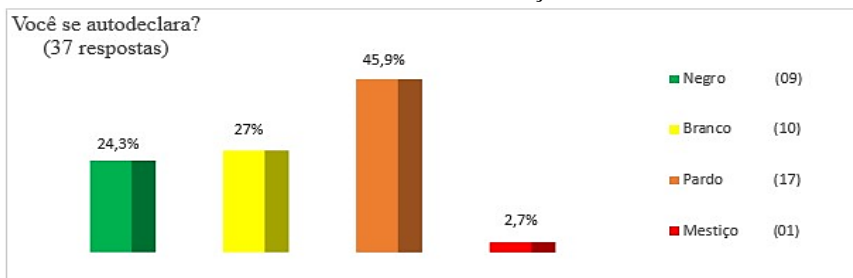


Fonte: Acervo da pesquisa (Santos, 2017)

Esses resultados corroboram a ideia de que "a profissão docente proporcionou às mulheres o acesso a um dos espaços públicos anteriormente dominado pelos homens" (Silva, 2011, p. 34-35). Esse cenário reflete não apenas uma mudança na demografia educacional, mas também ressalta a importância de políticas e práticas educacionais que promovam a equidade de gênero no ensino superior.

Com relação a variável 'cor/raça', o gráfico a seguir mostra que, a maioria dos estudantes do curso de Pedagogia – Educação do Campo se autodeclararam pardos, totalizando cerca de 45,9%, seguidos pelos declarados brancos com 27%, em seguida os negros com 24,3%, e por último, os mestiços com 2,7%.

Gráfico 03: Cor/Raça



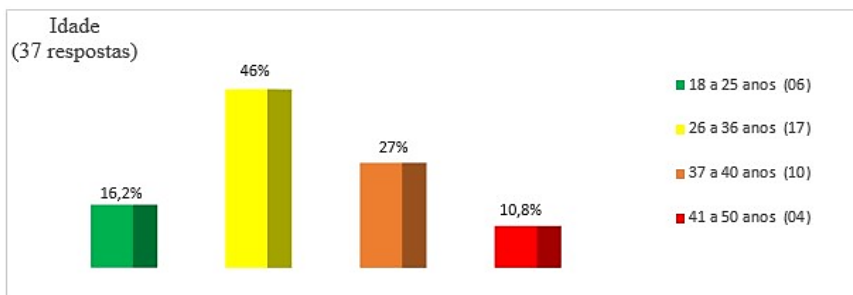
Fonte: Acervo da pesquisa (Santos, 2017)

Conforme observado, o número de autodeclarados pretos e pardos é expressivo, aproximando-se do percentual de brancos. Segundo Jezine e Santos (2020), isso pode ser atribuído ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Governo Federal, que, associado às políticas de cotas, favoreceu o ingresso de grupos sociais com histórico de vulnerabilidade social nessa modalidade de ensino.

Com relação à variável 'faixa etária', o gráfico a seguir mostra que a maioria dos estudantes está na faixa etária entre 26 e 36 anos, correspondendo a cerca de 46%. Em seguida, a faixa etária de 34 a 40 anos representa 27%, seguida pela faixa de 18 a 25 anos, com 20,2%, e finalmente, 10,8% dos alunos têm entre 41 e 50 anos. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996), a idade típica para ingresso na educação superior é entre 18 e 21 anos, levando em consideração a idade de conclusão do ensino médio. Vale ressaltar que a LDB não menciona uma idade específica para ingresso, mas sim a necessidade de ter concluído o ensino médio e ser aprovado no processo seletivo da instituição

de ensino superior. Nesse sentido, os resultados indicam que a maioria dos alunos não está na faixa etária considerada típica para o ingresso no ensino superior.

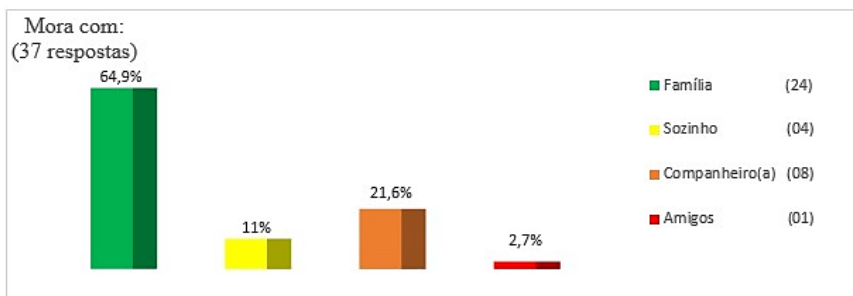
Gráfico 04: Idade



Fonte: Acervo da pesquisa (Santos, 2017)

No que tange à variável ‘moradia’ dos estudantes do curso, conforme demonstrado no gráfico abaixo, observa-se que a maioria reside com a família, compreendendo cerca de 64,9% dos respondentes. Além disso, 21,6% vivem com companheiro(a), enquanto 11% residem sozinhos. Esses dados evidenciam padrões significativos de convivência familiar entre os estudantes, refletindo aspectos sociológicos discutidos por Pierre Bourdieu (1983). Segundo o referido autor, a relação entre sociedade, educação e família é complexa e permeada pelos conceitos de *habitus* e estratégia (Bourdieu, 1983).

Gráfico 05: Moradia

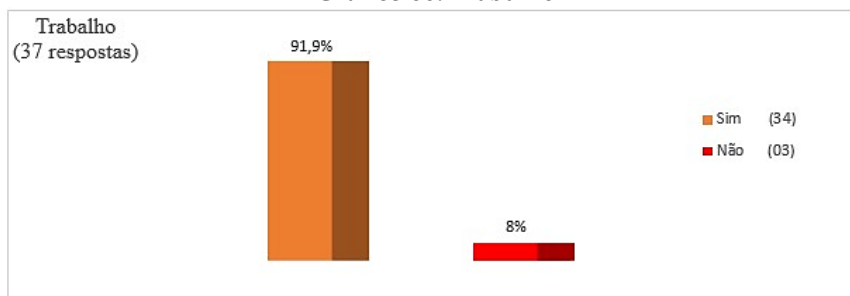


Fonte: Acervo da pesquisa (Santos, 2017)

No contexto da permanência acadêmica, essa dinâmica revela-se crucial, pois os estudantes desenvolvem estratégias de adaptação e interação com diversas instituições sociais, sendo a família uma influência central neste processo de sociabilidade educacional. Assim, compreender como esses fatores se entrelaçam contribui não apenas para a análise sociológica, mas também para a formulação de políticas educacionais mais inclusivas e eficazes.

Em relação à variável 'trabalho', os dados apresentados no gráfico abaixo revelam que uma proporção significativa dos estudantes, correspondente a 91,9% dos respondentes, exerce uma atividade remunerada. Este dado, conforme explicam Andrade e Sposito (1986), reflete uma realidade onde o plano de ensino noturno tem desempenhado um papel crucial ao oferecer uma oportunidade educacional acessível para estudantes que não podem frequentar o período diurno.

Gráfico 06: Trabalho



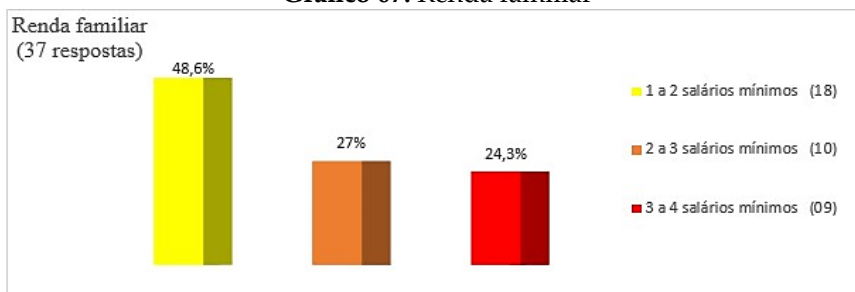
Fonte: Acervo da pesquisa (Santos, 2017)

Ademais, a opção por cursos noturnos frequentemente está associada à necessidade prática de conciliar responsabilidades profissionais com a busca por qualificação acadêmica. Muitos estudantes optam por esse período de estudo justamente por trabalharem durante o dia, enfrentando assim desafios significativos de horário e logística (Santos, 2017). Essa dinâmica ressalta a importância vital do ensino noturno como uma

estratégia eficaz para promover a inclusão educacional, permitindo que indivíduos de diversos contextos socioeconômicos tenham acesso equitativo à educação superior.

Em relação à variável 'renda familiar' dos estudantes, os dados apresentados no gráfico abaixo indicam que a maioria dos estudantes do Curso de Pedagogia – Educação do Campo tem renda familiar concentrada principalmente entre 1 a 4 salários mínimos. Cerca de 48,6% dos respondentes relataram ganhar de 1 a 2 salários mínimos, seguidos por 27% que ganham de 2 a 3 salários mínimos, e 24,3% que recebem de 3 a 4 salários mínimos. Esta variável é crucial, pois reflete as condições econômicas dos estudantes que permanecem no curso.

Gráfico 07: Renda familiar



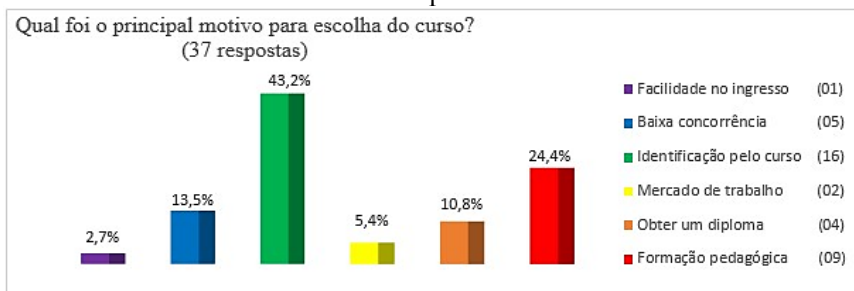
Fonte: Acervo da pesquisa (Santos, 2017)

De acordo com Bourdieu (1998), o capital econômico desempenha um papel fundamental ao subsidiar o acesso a um capital cultural mais elevado. Nesse sentido, é possível inferir que há uma maior probabilidade de conclusão do curso entre os estudantes cuja renda familiar supera dois salários mínimos, como é o caso de 27% dos respondentes. Isso se deve ao fato de que uma renda mais elevada proporciona melhores condições para suportar os custos associados à educação superior, como materiais didáticos, transporte e outras despesas acadêmicas.

Com relação à 'situação da matrícula', conforme ilustrado no gráfico a seguir, a maioria dos estudantes se encontra em situação de ativos e bloqueados no curso, o que indica um cenário positivo.

Isso pode estar relacionado à assistência estudantil e à obtenção de bolsas, com esse isentivo muitos estudantes ainda conseguem manter-se matriculados e ativos. Segundo explicam Ganam e Pinezi (2021), os programas de Assistência Estudantil são essenciais não apenas para garantir a permanência dos estudantes de camadas populares na universidade, ao fornecer subsídios que atendam às suas necessidades materiais imediatas, mas também são cruciais para facilitar o ingresso desses estudantes ao ensino superior. Esses programas desempenham um papel vital ao oferecer suporte financeiro e recursos que tornam a educação acessível e sustentável para estudantes que, de outra forma, poderiam ser excluídos devido às limitações econômicas.

Gráfico 08: Motivos pela escolha do curso



Fonte: Acervo da pesquisa (Santos, 2017)

Quando questionados sobre os motivos que levaram à escolha do curso de Pedagogia – Educação do Campo, os dados apresentados no gráfico acima revelam que a maioria dos estudantes se identifica com o curso, totalizando 43,2%. Em seguida, 24,4% destacam a formação pedagógica como razão principal, enquanto 13,5% apontam a baixa concorrência. Aqueles que escolheram o curso apenas pelo diploma representam 10,8%, e os que o fizeram visando o mercado de trabalho somam 5,4%. Apenas 2,7% dos respondentes indicaram a facilidade no ingresso como motivo para a escolha.

Quadro 03: Síntese do perfil socioeconômico e de gênero:

Perfil dos que permaneceram: (37 respondentes)	
Diversidade Sexual e de Gênero	48,65 dos respondentes se declaram LGBT
Idade	46,2% tem idade entre 26 a 36 anos
Sexo	71% do sexo feminino
Cor/Raça	45,9% se autodeclaram pardos
Trabalho	91,9% exercem função remunerada
Renda familiar	48,6% tem renda de 1 a 2 salários mínimos
Escolha do curso	43,2% por identificação pelo curso

Fonte: Acervo da pesquisa (Santos, 2017)

Os dados sobre os motivos que levaram à escolha do curso de Pedagogia – Educação do Campo revelam entendimentos valiosos quando analisados à luz da teoria de Pierre Bourdieu (1996). Bourdieu (1996) destaca a importância do *habitus*, do capital cultural e do capital social na tomada de decisões educacionais e na trajetória acadêmica dos indivíduos. A escolha do curso pela maioria dos estudantes, que se identificam com ele, pode ser vista como uma expressão do *habitus*, refletindo as disposições internalizadas ao longo de suas vidas. Isso os leva a ver a Pedagogia – Educação do Campo como uma continuação natural de suas trajetórias e identidades. No caso da escolha do curso apenas pelo diploma, conforme expressado por parte dos respondentes, observa-se uma valorização do capital institucionalizado. Segundo Bourdieu (1996), o diploma é um símbolo de capital cultural institucionalizado, que pode ser usado para melhorar as oportunidades no mercado de trabalho e aumentar a mobilidade social.

Em síntese, a análise do perfil socioeconômico e de gênero dos estudantes no curso de Pedagogia – Educação do Campo da UFPB revela um cenário complexo, onde se destacam a necessidade de conciliar trabalho e estudo, além da dependência de políticas de

assistência estudantil. Esses dados não apenas evidenciam os obstáculos para a permanência desses estudantes, mas também destacam sua resiliência e determinação em superá-los.

É crucial enfatizar a urgência de políticas inclusivas e de apoio contínuo que não apenas facilitem o ingresso desses estudantes na universidade, mas também promovam sua permanência e sucesso acadêmico. Para alcançar esse objetivo, é necessário que as instituições de ensino superior desenvolvam estratégias eficazes para criar um ambiente educacional verdadeiramente inclusivo. Essas estratégias devem incluir a implementação de programas de sensibilização e treinamento para toda a comunidade acadêmica, o fortalecimento das redes de apoio psicológico e social, e a garantia de que as políticas de assistência estudantil atendam às reais necessidades dos estudantes. Ao adotar essas medidas, as instituições beneficiarão não apenas os estudantes LGBT, mas toda a comunidade acadêmica, promovendo um ambiente mais acolhedor e enriquecedor para todos.

Capítulo 4

OS ELEMENTOS QUE CONSTITUEM OS ATUAIS DESAFIOS PARA A PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES LGBT NA UNIVERSIDADE

*As pessoas que se querem à margem, fora do espaço social,
se situam no mundo social, como toda a gente.*

Pierre Bourdieu

Tendo como base a afirmação de Bourdieu (1994) supracitada acima, desafia a concepção de que certos indivíduos estão completamente alheios ao sistema social. Na realidade, todos nós estamos imersos em uma rede de relações sociais que nos influenciam, mesmo que não tenhamos plena consciência disso (Bourdieu, 1994). Nessa perspectiva, torna-se fundamental explorar como essas dinâmicas se manifestam especificamente entre os estudantes LGBT no curso de Pedagogia - Educação do Campo.

A universidade, como espaço de reprodução social, não escapa dessas dinâmicas, e os estudantes que não se conformam com as normas heteronormativas frequentemente enfrentam desafios únicos. Questões como a não revelação da orientação sexual, experiências de exclusão, insegurança e incidência de LGBTfobia não apenas prejudicam o desempenho acadêmico, mas também afetam profundamente o bem-estar emocional e psicológico desses estudantes (Santos, 2017). A sensação de não pertencimento e a presença de LGBTfobia, seja manifesta de forma clara ou dissimulada, representam desafios significativos para a manutenção da permanência desses sujeitos no espaço de construção do conhecimento que é a universidade.

Este quarto e último capítulo se propõe não apenas a identificar esses desafios, mas também a sugerir estratégias

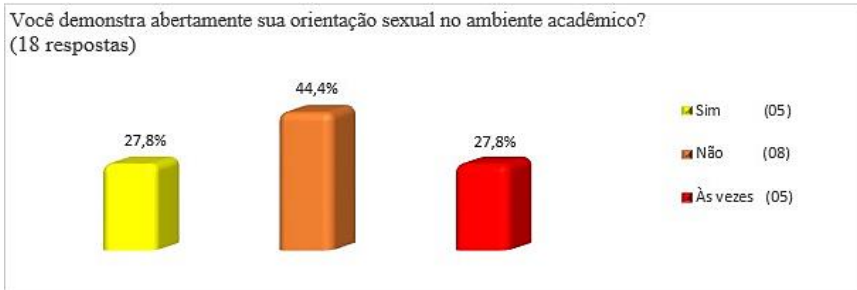
concretas para mitigá-los, assegurando que todos os estudantes, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero, possam alcançar seu pleno potencial acadêmico e pessoal.

4.1 A permanência como um ato de resistência

A experiência dos estudantes LGBT em relação à sua permanência na universidade, especialmente no Curso de Pedagogia – Educação do Campo da UFPB, é central nesta seção do estudo. São investigadas questões como a preferência pela omissão da orientação sexual, sentimentos de exclusão e insegurança, além de incidentes de LGBTfobia no ambiente acadêmico. Esses elementos são cruciais para compreender os desafios enfrentados por esses estudantes e para desenvolver estratégias que promovam uma educação superior mais inclusiva e acolhedora.

Conforme revelado no gráfico a seguir, a maioria dos estudantes LGBT interlocutores desta pesquisa opta por não demonstrar abertamente sua orientação sexual no ambiente acadêmico, representando cerca de 44,4% dos respondentes. Além disso, 27,8% afirmam fazê-lo ocasionalmente, enquanto uma minoria significativa, também 27,8%, relata assumir abertamente sua sexualidade sem problemas. Esses dados evidenciam os diferentes níveis de conforto e desafios enfrentados pelos estudantes LGBT no contexto universitário, destacando a importância de políticas e práticas que promovam um ambiente mais inclusivo e respeitoso.

Gráfico 09: Estudantes LGBT que não/demonstram sua orientação sexual no ambiente acadêmico



Fonte: Acervo da pesquisa (Santos, 2017)

No contexto universitário, esses dados indicam que uma parcela significativa dos estudantes identificados LGBT respondentes dessa pesquisa opta por não divulgar abertamente sua orientação sexual. Essa opção não é apenas uma decisão individual, mas também um reflexo das normas e discursos sociais que ainda regulam e limitam a expressão da sexualidade não heteronormativa (Foucault, 1988). No contexto específico dos estudantes LGBT no curso de Pedagogia - Educação do Campo da UFPB, essa escolha pode ser vista como uma estratégia de autopreservação diante de um ambiente que ainda pode ser percebido como potencialmente hostil ou discriminatório.

Ao analisar as dinâmicas de poder nas instituições sociais, Foucault (1988) destaca que a sexualidade é um campo onde se manifestam relações de poder, controle e resistência, influenciando diretamente a integração e o bem-estar social. Na perspectiva dos estudantes, a minoria significativa que assume abertamente sua sexualidade sem problemas enfrenta desafios distintos, incluindo a possibilidade de estigmatização, exclusão social e formas veladas de discriminação que não apenas podem impactar seu sucesso acadêmico, mas também afetar negativamente seu bem-estar emocional.

Em relação à frequência com que estudantes LGBT se sentem excluídos ou rejeitados no ambiente acadêmico devido à sua orientação sexual, os dados revelaram um percentual significativo:

22,2% relataram sentir-se frequentemente excluídos e 27,8% algumas vezes, conforme ilustrado no gráfico abaixo. Ao somar esses dois percentuais, obtém-se um total de 50% de estudantes LGBT que se sentem ou já se sentiram excluídos e rejeitados no contexto acadêmico. Isso ressalta que a heteronormatividade e o heterossexismo⁸ se sustentam através da impunidade, do silêncio e da omissão, perpetuando comportamentos que marginalizam indivíduos LGBT+ (Alves e Silva, 2015).

Gráfico 10: Sentimento de exclusão/rejeição no ambiente acadêmico



Fonte: Acervo da pesquisa (Santos, 2017)

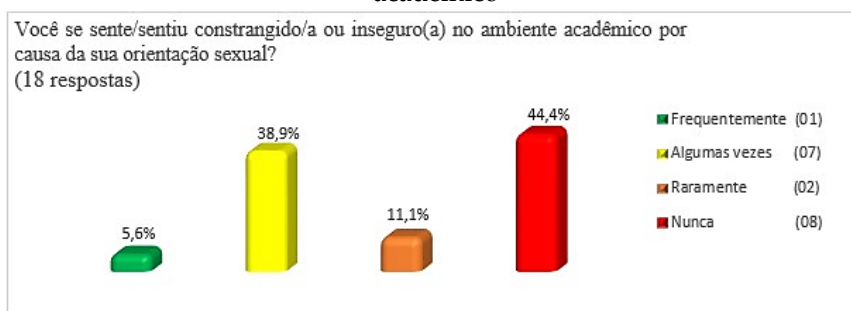
Esses padrões de exclusão são reforçados pela falta de enfrentamento ativo e de políticas que promovam a inclusão e o respeito à diversidade sexual e de gênero. Essa dinâmica não apenas perpetua o preconceito, mas também legitima a marginalização desses estudantes dentro do ambiente acadêmico, prejudicando sua plena participação na vida universitária (Santos, 2017). Portanto, as relações interpessoais aparentemente tolerantes nesse ambiente frequentemente escondem o preconceito e a rejeição contra esses estudantes, algo que não passa despercebido por eles.

Em relação à frequência com que os estudantes LGBT do curso de Pedagogia - Educação do Campo se sentem constrangidos ou inseguros no ambiente acadêmico devido à sua orientação sexual,

⁸ O heterossexismo é um sistema ideológico que rejeita, desvaloriza e estigmatiza todas as formas não heterossexuais de comportamento, identidade, relacionamento ou comunidade. (Herek, 1992 apud Souza; Pereira, 2013).

os dados revelam uma realidade complexa. Conforme ilustrado no gráfico a seguir, 38,9% dos estudantes LGBT já experimentaram essa sensação algumas vezes. Por outro lado, uma parcela significativa de 44,4% nunca se sentiu assim, enquanto 11,1% relataram sentir raramente essa insegurança, e 5,6% afirmaram enfrentá-la com frequência.

Gráfico 11: Sentimento de constrangimento/insegurança no ambiente acadêmico



Fonte: Acervo da pesquisa (Santos, 2017)

Esses números destacam que qualquer forma de constrangimento, seja explícito ou não, pode afetar profundamente a sensação de pertencimento dos estudantes no ambiente acadêmico, onde a inclusão deveria ser prioritária. Especialmente quando o constrangimento está relacionado à orientação sexual, que diverge dos padrões heteronormativos predominantes, como discutido por Santos (2017), a exclusão percebida pode intensificar-se, minando a integração dos estudantes LGBT no ambiente universitário. Assim, a permanência desses estudantes na universidade é marcada por desafios significativos, refletindo a necessidade urgente de políticas e práticas que promovam um ambiente verdadeiramente inclusivo e respeitoso para esses estudantes.

Os dados revelam um quadro alarmante no ambiente acadêmico: conforme evidenciado no gráfico abaixo, 78,4% dos respondentes afirmam ter presenciado ou tomado conhecimento de atos de discriminação e preconceito contra estudantes LGBT

dentro da universidade, o que representa uma significativa maioria dos participantes desta pesquisa.

Gráfico 12: Percepção sobre preconceito e discriminação



Fonte: Acervo da pesquisa (Santos, 2017).

A aversão contra o segmento LGBT é conhecida nos termos científicos como "homofobia". Segundo Borrillo (2010), a homofobia é um elemento constitutivo da identidade masculina, manifestando-se quando esse ser é posicionado como um "outro", considerado inferior ou anormal. A homofobia não é apenas uma atitude isolada ou um comportamento ocasional, mas um componente integral da maneira como a identidade masculina é construída e mantida em muitas culturas (Borrillo, 2010). Para alguns homens, a rejeição e a depreciação das pessoas LGBT podem ser formas de afirmar e reforçar a sua própria masculinidade. Assim, o ato homofóbico estabelece uma barreira nas relações interpessoais, especialmente quando dois homens precisam manter uma relação mais íntima, contribuindo para a formação de sentimentos repulsivos e de aversão ao próximo.

Contudo, esse cenário vai além da terminologia "homofobia"; trata-se de um problema histórico e social profundo. Segundo argumenta Peixoto (2018), ao explorar os elementos históricos que contribuem para a marginalização de homossexuais, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil, o uso simplificado desses termos pode enfraquecer a compreensão sócio-histórica e reduzir o

impacto político necessário para combater a violência contra a comunidade LGBT. Nesse sentido, Peixoto (2018) explica ainda que,

Generalizar a violência sem se atentar para as suas idiossincrasias é, em certa medida, negligenciar a potencialidade do pensamento social acerca do tema. Acho importante fazer esse destaque, mas não direcioná-lo para divisão das lutas dos sujeitos, ou que as reivindicações de direitos sejam cingidas e individualizadas entre cada segmento (Peixoto, 2018, p. 19).

Essa análise ressalta a crítica ao tratamento superficial e uniforme de questões complexas, como a violência contra a população LGBT, enfatizando a importância de uma compreensão mais profunda e contextualizada das variadas formas de discriminação e violência enfrentadas por essa população. Nesse sentido, defende-se uma abordagem que reconheça a diversidade dentro do movimento LGBT e que evite simplificações que possam obscurecer a complexidade das experiências individuais e coletivas, destacando a necessidade de um olhar sensível às particularidades de cada segmento e suas lutas por direitos e igualdade.

Quadro 04: Síntese do recorte LGBT sobre as condições de permanência no curso de Pedagogia – Área de Aprofundamento em Educação do Campo.

A CONDIÇÃO DE SER LGBT E A PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE (18 respondentes)	
Exposição da orientação sexual	72,2% preferem não demonstrar sua orientação sexual no ambiente acadêmico
Exclusão/rejeição	61,1% já se sentiram excluídos/rejeitados em algum momento dentro da universidade
Insegurança/constrangimento	55% já se sentiram inseguros/constrangidos em algum momento dentro da Instituição
Casos de LGBTfobia	78,4% já presenciaram ou souberam de algum caso de homofobia dentro da universidade.

Fonte: Acervo da pesquisa (Santos, 2017)

Conforme sintetizado no quadro acima, destaca-se que muitos estudantes LGBT optam por não revelar sua orientação sexual no ambiente acadêmico, indicando um contexto onde a visibilidade LGBT pode ser uma escolha delicada e evitada. Além disso, os dados apontam para uma significativa incidência de exclusão e rejeição dentro da universidade, evidenciando barreiras sociais que afetam profundamente a integração e o bem-estar desses estudantes. A insegurança e o constrangimento também são comuns, refletindo um ambiente percebido como potencialmente hostil para os estudantes LGBT, o que pode impactar negativamente sua experiência educacional e social. A alta prevalência de relatos de LGBTfobia dentro da instituição ressalta a persistência de preconceitos que desafiam a construção de um ambiente acadêmico inclusivo e seguro.

Essas análises sublinham a necessidade urgente de implementar políticas e práticas que não apenas reconheçam, mas também enfrentem ativamente a discriminação com base na orientação sexual e identidade de gênero, promovendo assim um ambiente universitário verdadeiramente acolhedor para todos os estudantes. Ademais, os dados revelam que, apesar de a universidade ser percebida como um ambiente de aparente aceitação frente às diferenças, muitas vezes ela mascara e oculta a aversão contra o público LGBT. Nesse contexto, a conduta discriminatória frequentemente se origina de atitudes preconceituosas, que nem sempre se manifestam em atos hostis (Myers, 1995, apud Pereira e Souza, 2013). Diante dessa aversão enfrentada, a permanência desses estudantes acaba por se tornar um verdadeiro ato de resistência.

Além das análises de dados estatísticos sobre as condições de permanência no curso de Pedagogia – Educação do Campo, este estudo investigou também as especificidades enfrentadas pelos sujeitos interlocutores da pesquisa. Para isso, foram conduzidas entrevistas semiestruturadas com três estudantes identificados

LGBT do referido curso (Luíza, Pedro e Lúcia)⁹, selecionados por estarem nos últimos períodos do curso na época da realização da pesquisa e por representarem um perfil de vulnerabilidade social na universidade. Nessa direção, as análises foram baseadas na técnica de Análise de Conteúdo, conforme defendida por Bardin (2011), estruturada em três fases: pré-análise, exploração do material com categorização/codificação, e tratamento dos resultados com inferências e interpretação. A escolha desse método permitiu uma exploração abrangente, flexível e sensível às nuances individuais das experiências dos participantes, sem impor rigidez na sequência das questões.

Discutir a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade social no contexto acadêmico envolve entender os fatores que ajudam a superar os desafios enfrentados. As escolhas, concepções, ideias e percepções desses indivíduos estão frequentemente ligadas ao conceito de “poder simbólico”, conforme analisado por Bourdieu (2002) em seus estudos sociológicos e educacionais. Bourdieu (2002) argumenta que o poder simbólico se refere à capacidade de influenciar e controlar através de símbolos, rituais e representações que são socialmente reconhecidos e valorizados. Para o referido autor, o capital simbólico se manifesta nas formas como os indivíduos percebem e constroem suas identidades no contexto educacional. Isso inclui desde a valorização de certos tipos de conhecimento até as estratégias de interação social que moldam suas trajetórias acadêmicas (Bourdieu, 2002). Nessa perspectiva, podemos interpretar que as percepções de pertencimento, autoestima e capacidade de navegar pelo ambiente universitário são profundamente influenciadas pela distribuição desigual do capital simbólico entre diferentes grupos sociais.

⁹ Os nomes: “Luíza, Pedro e Lúcia” são fictícios. Por questões éticas, os nomes verdadeiros dos entrevistados não foram revelados, assim foi utilizado esses pseudônimos na referência das respectivas falas. Para nível de comparação, os entrevistados responderam às mesmas perguntas do questionário online e mais três perguntas abertas relacionadas a sua trajetória escolar e acadêmica.

Ainda conforme argumenta Bourdieu (1998), nossas motivações diante da realidade objetiva desencadeiam estratégias que orientam nossas ações, as quais muitas vezes possuem significados subjetivos e são dirigidas de maneira, por vezes, inconsciente. Assim, o poder simbólico é configurado como uma forma invisível de poder que só pode ser exercida com a cumplicidade daqueles que estão submetidos a ele ou mesmo daqueles que o exercem (Bourdieu, 1998).

Nesse contexto, os capitais social, cultural, econômico e simbólico influenciam diretamente e indiretamente as condições de vida dos indivíduos, sobretudo daqueles que historicamente estiveram à margem da sociedade. Considerar o recorte LGBT nas discussões sobre a permanência no âmbito universitário é essencial para dar voz e visibilidade a esses indivíduos. Dessa forma, a universidade é concebida como um espaço de formação de sujeitos onde a diversidade humana se manifesta em todas as suas dimensões. Pedro, Luíza e Lúcia representam integralmente essa diversidade.

Pedro, um estudante gay autodeclarado pardo, originário da zona rural de Sapé - PB, tem 38 anos. Frequentou exclusivamente escolas públicas rurais, mora com sua família e trabalha como professor, com uma renda de 1 a 2 salários mínimos. Ambos os pais possuem ensino fundamental completo.

Luíza, uma mulher lésbica de 39 anos autodeclarada branca, é natural de João Pessoa - PB, vive sozinha e trabalha em uma função remunerada com renda de 1 a 2 salários mínimos. Ela estudou em escola pública e está no último período do curso de Pedagogia - Educação do Campo, engajada e participativa. Seu pai possui formação superior completa, enquanto sua mãe tem apenas o ensino fundamental incompleto.

Por fim, Lúcia, de 23 anos, autodeclarada negra e identificada como lésbica, compartilha sua vida com uma companheira. Assim como os outros entrevistados, estudou em escola pública e trabalha como professora em uma escola municipal, com renda de 1 a 2 salários mínimos. Também está no último período do curso de

Pedagogia - Educação do Campo. Sua mãe tem apenas o ensino fundamental incompleto, e seu pai não frequentou a escola.

O que há em comum no perfil desses estudantes? Todos fazem parte de uma população historicamente marginalizada, a população LGBT. Todos possuem uma renda mínima para se manterem, variando de 1 a 2 salários mínimos, e são filhos de pais com baixa escolaridade, com exceção do pai de Luíza, que possui ensino superior completo. Além disso, todos frequentaram escolas públicas. Tanto Lúcia quanto Pedro atuam como professores em escolas municipais, sendo que Pedro trabalha na zona rural e Lúcia na zona urbana. Todos se caracterizam como estudantes das classes populares, com baixo poder aquisitivo, que escolheram o curso por identificação forte com o mesmo. Para esses estudantes, o ensino superior representa uma oportunidade de crescimento pessoal e profissional.

Pedro, em particular, enfrentou discriminação desde os 13 anos de idade por ser assumidamente LGBT. Quando questionado sobre sua trajetória escolar antes de ingressar na universidade, ele conta que,

[...] foi um pouco complicado, o fato de eu me assumir gay me trouxe muitas perdas e prejuízos psicológicos. No sítio onde moro, quando a gente se assume, a gente quebra toda uma construção de valor que nos é imposto como correto. E aí quebrar tudo isso foi bastante complicado. Todo mundo me tratava como se eu fosse um doente contagioso, [...] na escola, na sala de aula passei a ser tratado como se fosse alguém que tivesse um problema, é muito difícil conviver com o preconceito. (Pedro, 2017).

O relato acima oferece uma visão profunda e comovente das dificuldades enfrentadas por pessoas LGBT no ambiente escolar. Esse tipo de experiência não é isolada e muitas vezes acompanha esses indivíduos ao ingressarem na universidade. A hostilidade e a discriminação mencionadas refletem um padrão comum entre jovens LGBT, que também enfrentam desafios semelhantes de

aceitação e integração no ensino superior. Esses obstáculos não apenas impactam o bem-estar emocional dos estudantes, mas também podem afetar sua permanência na universidade, limitando seu desenvolvimento acadêmico e profissional.

Em relação às dificuldades de permanência no curso, o entrevistado relata que,

[...] até as pessoas compreenderem e se acostumarem em ver o perfil de um gay que tem uma história construída no meio rural, são colocadas certas condições de sobrevivência aqui dentro da universidade [...] e aqui eu tive essas certas condições, de as pessoas me olharem com estranheza e olhar de deboche [...] aí às vezes eu até tinha medo que isso acontecia por algo que ele mesmo tinha causado, devido a todos os problemas que tive na minha vida. A questão do trajeto foi uma outra dificuldade que tive, eu moro no interior, levo são duas horas para vir para universidade e duas para voltar para casa, eu chego em casa de meia-noite. O curso em si não vejo nenhum problema, o que mata é a viagem, é muito cansativa, mas isso não foi motivo para que eu desistisse. (Pedro, 2017).

O relato acima descreve um sentimento inicial de retração e eventual rejeição e medo, especialmente devido à identidade de gênero e à orientação sexual. Ser percebido como gay “afeminado” em um ambiente universitário, especialmente vindo de uma área rural, expôs o entrevistado a uma sensação de ser observado com estranheza e deboche. Além disso, ele menciona as dificuldades práticas das longas viagens diárias para a universidade, que não apenas consomem tempo e energia, mas também aumentam o sentimento de isolamento e a desconexão com a comunidade acadêmica. Apesar desses obstáculos, o relato sublinha uma determinação resiliente em enfrentar os desafios e continuar buscando seus objetivos educacionais, evidenciando a necessidade de políticas e práticas institucionais mais inclusivas e sensíveis às necessidades dos estudantes LGBT.

As situações em que o estudante entrevistado enfrentou exclusão e rejeição devido à sua identidade contribuíram

diretamente para as dificuldades que ele enfrentou durante parte de sua trajetória na universidade. Nesse contexto, é relevante considerar a relação estabelecida por Bourdieu (1998) sobre o capital social, que ele associa aos benefícios obtidos por meio de redes sociais fora da família e às competições entre indivíduos ou grupos em diferentes campos sociais. Assim, as oportunidades de acumular ou reproduzir esse tipo de capital dependem da posição que os indivíduos ocupam dentro do sistema de estratificação social. Nesse sentido, a posição de Pedro na perspectiva do capital social pensada sob a lógica colocada por Bourdieu (1998) não é favorável. No entanto, ele nunca considerou desistir do curso devido a essas dificuldades. Apesar de estar inserido em um contexto de vulnerabilidade social, Pedro tem superado os desafios para permanecer no curso. Ele atribui essa resiliência à sua identidade formada no contexto social de suas origens no campo.

O que mais me motiva é porque eu sou do campo, nasci no campo me criei no campo, eu sou o cara que fui obrigado a trabalhar logo cedo, eu já trabalhei no meio de pessoas, limpando abacaxi plantando mandioca. Por mais que eu tenha minhas dificuldades, e não está morando mais no campo, mesmo assim o campo ainda é a minha identidade. Eu amo dizer que eu sou filho de agricultor, me orgulho muito disso, me orgulho de dizer que o campo proporciona coisas boas, ao acordar pela manhã e ver o Sol nascente, ouvindo o canto do galo no campo, o campo me transmite paz. [...] por isso esse curso para mim é algo muito motivador. (Pedro, 2017).

Percebe-se no relato acima uma forte conexão com suas origens, onde o entrevistado reconhece sua própria identidade. Esse sentimento o motiva a buscar transformações em sua realidade. Nesse contexto, ele enfrenta diversas dificuldades redescobrando um "sentimento que impulsiona os indivíduos a defender suas ideias, criar novas formas de convivência e transmitir valores de geração em geração" (BRASIL, 2004, p. 36). A postura diante das dificuldades revela um aspecto positivo que

pode ser uma estratégia adotada por estudantes em situações semelhantes, transformando desafios em superação.

Diferentemente de Pedro, Luíza não enfrentou dificuldades significativas em sua trajetória escolar e acadêmica por ser lésbica, atribuindo isso ao fato de não ter revelado abertamente sua orientação sexual para todos. Segundo seu relato, lésbicas tendem a ser mais discretas nos espaços sociais, o que resulta em menos exposição ao preconceito. No entanto, ela reconhece ter testemunhado casos de aversão contra outras lésbicas, o que a leva a afirmar a importância contínua da luta pelos direitos LGBT:

Eu não demonstro muito esse meu lado homossexual, não é para não ter que sofrer preconceito, mas eu acho que isso, às vezes, é um padrão meio lésbico de ser, porque a maioria delas são mais discretas, não todas. [...] admiro muito as reivindicações dos grupos LGBT para aquisição dos nossos direitos, tem que ser assim mesmo. Acho que essa minha autoconfiança me dá mais segurança de ser o que sou. Eu não tenho também nenhuma objeção em falar de mim, da minha orientação sexual para uma pessoa, mas só me abro para aquelas que e tenho afinidade. Então minha trajetória escolar foi tranquila, mas eu já presenciei casos de preconceito com outras meninas lésbicas, por elas não demonstrarem certas referências que as meninas têm, elas sofrem muito bullying discriminação ao longo dessa trajetória. (Luíza, 2017).

A fala de Luíza corrobora com os dados quantitativos sobre estudantes LGBT no curso de Pedagogia, apresentados inicialmente, uma vez que evidencia desafios significativos de permanência na universidade. Nessa direção, revela-se uma estratégia comum entre estudantes LGBT de não demonstrar abertamente sua orientação sexual, possivelmente para evitar o preconceito e a discriminação. Essa discrição reflete não apenas preocupações individuais com segurança e aceitação, mas também uma adaptação aos padrões sociais vigentes, onde comportamentos discrepantes das normas de gênero podem resultar em marginalização.

As relações estabelecidas no ambiente acadêmico aparentam uma certa tolerância em relação à presença de pessoas LGBT (Santos, 2017). Apesar do capital cultural ser uma característica marcante nesse meio (Bourdieu, 1998), essas pessoas não estão isentas de preconceito, o qual frequentemente se manifesta de maneira discreta, porém perceptível. Nesse sentido, ao ser questionada sobre a diferença entre o ambiente escolar e universitário quanto à expressão de sua sexualidade, a entrevistada destaca:

[...] a diferença é que aqui dentro as pessoas são mais discretas em relação ao preconceito, elas não demonstram abertamente seus incômodos com a nossa presença, porque subtende-se que pessoas estudadas não tem preconceito com nada, como estudam muito e vem que tem a coisa da liberdade de expressão de ser quem você é, então isso fica meio que camuflado, mas às vezes a gente sente aqui e ali, uma certa indiferença quando essas pessoas percebem nossa orientação sexual. (Luíza, 2017).

A fala de Luíza evidencia uma dinâmica na qual o preconceito pode se manifestar de maneira velada e sutil no ambiente acadêmico, apesar da expectativa de que pessoas educadas e instruídas não o manifestem abertamente. Essa camuflagem do preconceito reflete uma das formas como o capital cultural, conforme descrito por Bourdieu (1998), opera no estado incorporado e institucionalizado. No estado incorporado, as disposições duráveis do organismo incluem as atitudes e percepções internalizadas pelos indivíduos em relação a normas culturais e sociais, como a heteronormatividade (Bourdieu, 1998). No estado institucionalizado, a materialização do capital cultural através de diplomas e reconhecimento acadêmico pode reforçar ou desafiar essas normas (Bourdieu, 1998). Ademais, segundo Bourdieu (1998), não há elementos objetivos que determinem que uma cultura seja superior a outras; existem apenas valores tácitos atribuídos por certos grupos em posição dominante em uma configuração social específica, que legitimam essa cultura.

No que diz respeito à motivação que contribui para a permanência na universidade, Luíza, assim como Pedro, também expressa uma forte identificação com o curso, especialmente em relação à sua filosofia educacional. Ela destaca a importância crucial da educação para a sociedade e para a vida de maneira geral:

Faz oito meses que me descobri como lésbica, conheci uma pessoa maravilhosa, e hoje estou casada com uma mulher. [...] a gente sabe que no fundo após quando você revela sua orientação sexual, as pessoas começam a te tratar de forma diferente, mesmo assim não senti dificuldades aqui dentro em relação ao meu jeito de ser, não pela minha orientação sexual, mas sim por permanência de dificuldades financeiras. Estou correndo atrás de um caminho, porque a universidade não garante a permanência nela por conta disso, ou você trabalha ou você estuda. (Lúcia, 2017).

O relato acima ilustra como os desafios financeiros podem ser tão ou mais impactantes para a permanência na universidade do que questões identitárias, sublinhando a necessidade de abordagens holísticas e integradas para apoiar todos os estudantes, especialmente aqueles que enfrentam múltiplas barreiras durante sua jornada educacional (Santos, 2020). A relação entre os desafios financeiros mencionados por Lúcia e o conceito de capital econômico de Bourdieu (1998) está diretamente ligada à compreensão de como recursos financeiros influenciam a permanência e o sucesso dos estudantes na universidade. Conforme já exposto inicialmente, Bourdieu (1998) define o capital econômico como um dos tipos de capital que os indivíduos possuem, ao lado do capital cultural e social, que são cruciais para a mobilidade social e o desempenho dentro das instituições educacionais. No caso da entrevistada interlocutora da pesquisa, sua menção às dificuldades financeiras evidencia como a falta de recursos pode ser um obstáculo significativo para sua permanência na universidade.

A última entrevistada foi a Lúcia, uma jovem lésbica que passou boa parte da vida em relacionamentos heterossexuais, mas descobriu sua orientação homossexual recentemente, ao ingressar na universidade. Sua trajetória escolar, assim como a de Luiza, não teve muitos percalços em relação à sua condição de ser LGBT, justamente por conta dessa vivência heterossexual nas relações, mas enfrentou dificuldades financeiras que prejudicaram seu desempenho acadêmico.

Faz oito meses que me descobri como lésbica, conheci uma pessoa maravilhosa, e hoje estou casada com uma mulher. [...] a gente sabe que no fundo após quando você revela sua orientação sexual, as pessoas começam a te tratar de forma diferente, mesmo assim não senti dificuldades aqui dentro em relação ao meu jeito de ser, não pelo minha orientação sexual, mas sim por permanência de dificuldades financeiras. Estou correndo atrás de um caminho, porque a universidade não garante a permanência nela por conta disso, ou você trabalha ou você estuda. (Lúcia, 2017).

. A fala de Lúcia também nos remete aos pressupostos de Bourdieu (1998) sobre o capital econômico, em que as condições financeiras, patrimoniais e de renda de cada sujeito e de sua família podem interferir diretamente nas expectativas de cada um. Para Coleman (1988), o capital econômico é definido tanto como renda e riqueza material quanto em termos dos bens e serviços a que ele dá acesso. Nesse sentido, esse tipo de capital é considerado como sendo um dos fatores do contexto familiar que influenciam diretamente a vida das pessoas que o possuem. Assim, o sujeito utiliza estratégias para sua sobrevivência; no caso acima, a estudante tenta conciliar trabalho e estudo, sempre buscando meios para se sustentar.

Em relação à sua motivação para permanecer no curso, Lúcia também indica uma afinidade intrínseca com o curso de Pedagogia – Educação do Campo, demonstrando um sentimento de amor pela

profissão docente. Nesse sentido, revela ter vocação para professora.

O primeiro motivo me faz permanecer aqui é que eu amo o curso, amo ser professora. Eu acho que desde que eu me entendo por gente que eu sempre quis essa profissão, e segundo são os conhecimentos adquiridos aqui, porque a gente aqui no curso aprende muita coisa. [...] e assim, a universidade não é só está na sala de aula, fora da sala de aula você pode aprender muito também, em relação a tudo. (Lúcia, 2017).

Observa-se nas trajetórias uma diferença significativa entre as discriminações enfrentadas pelo estudante gay e pelas estudantes lésbicas. O relato do estudante gay denota maior intensidade em comparação com as estudantes lésbicas, que revelaram não terem sofrido tanto com esse problema. Nesse sentido, podemos inferir que a discriminação entre homens e mulheres LGBT durante a permanência na universidade pode não ocorrer na mesma proporção, pois “o sujeito possui outras características que influenciam na violência que o acomete” (Boaventura; Júnior; Messeder, 2016, p. 8). Isso sugere que a discriminação e a violência enfrentadas por uma pessoa LGBT não dependem apenas da sua orientação sexual ou identidade de gênero.

Há outros fatores individuais e contextuais que podem amplificar ou mitigar essa violência. Essas características incluem gênero, raça e etnia, classe social, contexto geográfico, religião e cultura, além da aparência e comportamento. Por exemplo, homens gays podem enfrentar diferentes tipos e graus de discriminação em comparação com mulheres lésbicas. Dessa forma, o gay não é somente gay, ele também é homem; a lésbica não é somente lésbica, ela também é mulher; e a sociedade não é apenas LGBTfóbica. “A sociedade também é machista, racista, classicista, e estes outros traços da identidade influenciam na tipificação e na intensidade da violência (Boaventura; Júnior; Messeder, 2016, p. 8).

Pessoas LGBT de diferentes origens raciais e étnicas podem experimentar discriminação de maneiras distintas, como uma pessoa negra e LGBT que pode enfrentar uma combinação de racismo e homofobia. Indivíduos de classes sociais mais baixas podem estar mais vulneráveis a certos tipos de violência e discriminação devido à falta de recursos e apoio social. Portanto, a discriminação é uma experiência complexa e multifacetada, e essas diversas características podem interagir de maneiras que aumentam ou diminuem a violência que uma pessoa LGBT enfrenta. Com efeito, essa discussão pode gerar uma nova problemática para futuras investigações, no sentido de saber como se configura essas desigualdades entre as identidades de gêneros.

Em linhas gerais, as análises dessas trajetórias possibilitam uma reflexão aprofundada sobre os processos de exclusão que muitos estudantes enfrentam. Nesse contexto, os sujeitos em situação de vulnerabilidade na universidade não relacionam sua permanência apenas aos aspectos institucionais de implementação das políticas, mas também aos aspectos subjetivos dos envolvidos, no que diz respeito à condição social, cultural e econômica do sujeito (Carvalho; Jezine, 2016).

Portanto, as análises das trajetórias individuais dos estudantes LGBT interlocutores deste estudo não apenas destacam dificuldades financeiras, mas também revelam o impacto do sentimento de rejeição e exclusão devido a atos preconceituosos. A condição de ser LGBT intensifica essas dificuldades, transformando a experiência de permanência no curso de Pedagogia – Educação do Campo em um verdadeiro ato de resistência. Esses estudantes enfrentam não apenas barreiras acadêmicas e econômicas, mas também uma constante luta por reconhecimento e inclusão em um ambiente que deveria ser acolhedor e livre de preconceitos. Assim, a resistência desses indivíduos não se limita à perseverança acadêmica, mas também envolve a busca por uma transformação social que reconheça e respeite plenamente suas identidades.

Palavras finais

O presente estudo ofereceu uma análise qualitativa robusta, respaldada por dados estatísticos, dos desafios atuais enfrentados pelos estudantes LGBT na universidade. Abordando a diversidade sexual como uma variável relevante na análise da permanência acadêmica, este estudo levantou questões pertinentes, como quais foram os principais obstáculos enfrentados pelos estudantes LGBT no curso de Pedagogia, especialmente na Educação do Campo? Como a identidade LGBT se inter-relacionou com as condições de permanência na universidade? Além disso, como esses estudantes lidaram com os desafios de exclusão dentro do ambiente acadêmico? Este estudo proporcionou uma compreensão mais profunda da realidade ao apresentar dados significativos sobre o perfil socioeconômico, acadêmico e de gênero dos participantes.

Durante as análises, observou-se que uma parcela significativa dos estudantes LGBT opta por não divulgar sua orientação sexual no ambiente acadêmico. Adicionalmente, muitos relataram experiências de exclusão e rejeição, além de situações de insegurança ou constrangimento dentro da universidade. Também foi relatado um alto número de casos de homofobia presenciados ou informados pelos participantes. Os relatos evidenciaram uma clara disparidade na forma como homens gays e mulheres lésbicas são discriminados, indicando que essas experiências podem variar conforme o gênero dos estudantes.

Esses dados e depoimentos revelam que o preconceito dentro do ambiente universitário muitas vezes ocorre de maneira sutil, mas não passa despercebido pelos estudantes LGBT. Isso sugere uma tolerância aparente, porém limitada, em relação à presença desse público na universidade. Ao focarmos na orientação sexual dos estudantes LGBT como um elemento central nas análises realizadas, o estudo foi capaz de oferecer entendimentos valiosos

sobre como essa identidade influencia diretamente na capacidade dos estudantes de permanecerem na universidade. É importante ressaltar que no recorte LGBT da pesquisa, não foram identificados transexuais ou travestis entre os participantes, o que levanta questões sobre como esses grupos são integrados ao ensino superior, especialmente considerando as barreiras enfrentadas durante a conclusão do ensino médio.

No contexto das políticas públicas voltadas para a permanência de estudantes LGBT na universidade, ficou claro que desempenham um papel crucial na promoção da inclusão, no combate à discriminação e na garantia de direitos fundamentais para essa parcela da população. As análises destacaram a importância de políticas educacionais que abordem questões de gênero e sexualidade, especialmente em ambientes acadêmicos, reafirmando o compromisso da instituição com os direitos humanos e a igualdade. Tais políticas não apenas criam um ambiente mais seguro e acolhedor para todos os estudantes, mas também enfatizam o papel da universidade como espaço de formação e desenvolvimento acadêmico, promovendo a cidadania e a inclusão de todos os seus membros, independentemente da orientação sexual ou identidade de gênero.

Em síntese, este estudo, baseado em trajetórias individuais, dados quantitativos e discussões sobre políticas de inclusão, destaca que os desafios enfrentados pelos estudantes LGBT no ensino superior estão intrinsecamente ligados a questões financeiras, assistência estudantil inadequada e a persistência de preconceitos. A condição de ser LGBT amplifica essas dificuldades, transformando a permanência universitária em um ato significativo de resistência. Apesar dos obstáculos, os estudantes encontram força em sua identificação com o curso, superando desafios diários.

Ademais, o desenvolvimento deste estudo suscitou novas indagações pertinentes, tais como de que forma as desigualdades de gênero se manifestam dentro do grupo LGBT na universidade? Qual é o panorama da inclusão de pessoas transexuais no ensino

superior e quais são os principais obstáculos enfrentados por esses indivíduos durante sua permanência acadêmica? Estas questões exigem novas investigações para promover uma educação superior mais justa e inclusiva para todos. Portanto, este trabalho indica a necessidade de continuar aprofundando a análise da permanência universitária para grupos vulneráveis, explorando os processos de inclusão e exclusão no contexto do ensino superior.

Referências

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Maria Garcia; SILVA, Lorena Bernadete da. **Juventude e sexualidade**. Brasília: UNESCO Brasil, 2004. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001339/133977por.pdf>.

ALIANÇA NACIONAL LGBTI+. **Manual de Comunicação LGBTI+**. [S. l.], 2018. Disponível em: <https://appbrasil.org.br/lanca-do-o-manual-de-comunicacao-lgbti/>.

ANDRADE, C. L. de, & SPOSITO, M. P. (1986). **O aluno do curso superior noturno: um estudo de caso**. Cadernos De Pesquisa, (57), 3–19. Recuperado de <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1333>.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ABGLT). **Pesquisa Nacional sobre Vivências de Estudantes LGBT nos Ambientes Educacionais no Brasil**. Curitiba: ABGLT, 2016. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2016/03/IAE-Brasil-Web-3-1.pdf>.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 70 ed. Lisboa, Portugal Edições, 2009.

BARRETA, Emanuele Moura; CANAN, Silvia Regina. **Políticas Públicas de Educação Inclusiva: Avanços e recuos a partir dos documentos legais**. IX ANPED sul. Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2012. Disponível em: https://www.ucs.br/ucs/eventos/anped_sul_2012/apresentacao/.

BOAVENTURA, Lenon Silva; JÚNIOR, Warlen Alves de Oliveira; MESSEDER, Suely Aldir. **O Disque 100 e a violência LGBT**. Em: Congresso Nacional de Gestão Empresarial E Meio Ambiente (CONAGE), 2., 2016, Aracaju. Anais [...]. Aracaju: Realize Editora,

2016. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conages/2016/TRABALHO_EV053_MD1_SA8_ID1633_03052016011452.pdf.

BONAMINO, Alicia; ALVES, Fátima; FRANCO, Creso. **Os efeitos das diferentes formas de capital no desempenho escolar: um estudo à luz de Bourdieu e de Coleman**. Rev. Bras. Educ. 15 (45)

• Dez 2010 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/GbzRVcsL7L6PVNx3mxtDFkQ/abstract/?lang=pt#>.

BORRILLO, D. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **A gênese dos conceitos de habitus e de campo**. In: O poder simbólico. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. 314 p. (Coleção Memória e Sociedade).

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Tradução de Jeni Vaitsman. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. 208p.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Tradução de Mariza Corrêa. 7ª edição. São Paulo: Papirus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **Sociologia**. Renato Ortiz (Organizador). Tradução Paula Montero e Alícia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1994.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **Os herdeiros: os estudantes e a cultura**. Tradução de Ione Ribeiro Valle e Nilton Valle. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014. 172 p.

BRASIL. CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Brasília, DF, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.** Brasília, DF, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Brasília, DF, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais introdução aos parâmetros curriculares nacionais.** Brasília MEC/SEF, 1997. 126p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos – SEDH. **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.** Brasília, DF, 2009. Disponível em: <https://encurtador.com.br/Wrvas>.

CARVALHO, Rayana. **Uma análise da permanência acadêmica em cursos de predomínio feminino e masculino da Universidade Federal da Paraíba.** 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/13096?locale=pt_BR.

CARVALHO, Rayana; JEZINE, Edineide. **Permanência na educação superior: "um peso, duas medidas"**. Espaço do Currículo, João Pessoa, v. 9, n. 1, pág. 108-120, jan./abr. 2016. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/rec.2016.v9i1.108120>.

Castelo Branco, Uyguciara Veloso; Jezine, Edineide; Nakamura, Paulo Hideo (2016): **Alguns indicadores de permanência/abandono na educação superior: elementos para o debate**. in Chaves, Vera Lúcia Jacob; Maués, Olgaíses Cabral; Hage, Salomão. Mufarrej (orgs.): Expansão privado-mercantil da educação superior no Brasil. Campinas: Mercado das Letras.

CASTELO BRANCO, Uyguciara Veloso; JEZINE, Edineide; NAKAMURA, Paulo Hideo. **Políticas de expansão, acesso e permanência na UFPB (1996 – 2012)**. 2015. Disponível em: <http://coipesu.com.br/upload/trabalhos/2015/6/politicas-de-expansao-acesso-e-permanenciana-ufpb-1996-2012.pdf>.

DYE, T. **Mapeamento dos modelos de análise de políticas públicas**. In: HEIDEMAN, F.G.; SALM, J.F. Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: Edunb. 2009.

FELINTO, Jislayne Fidelis. **Acesso e permanência na educação superior: a relação entre as condições sociais e a permanência dos ingressos no Curso de Pedagogia – área de aprofundamento na Educação do Campo na Universidade Federal da Paraíba – UFPB**. (Trabalho de Conclusão de Curso) UFPB, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/2362>

FELINTO, Jislayne Fidelis. **Ensino superior privado: a permanência dos estudantes que ingressaram por políticas de Financiamento Estudantil – FIES e Programa Universidade para Todos – PROUNI**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/18746>.

FERREIRA, Cristiano Cavalcante; FERREIRA, Sandra Patrícia Ataíde. **Vivências escolares de jovens homossexuais afeminados: estratégias de resistência e permanência.** Revista Tópicos Educacionais, Recife, v. 2, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/article/view/22415>.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber.** Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e JA Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

GANAM, Eliana Almeida Soares; PINEZI, Ana Keila Mosca. **Desafios da permanência estudantil universitária: um estudo sobre a trajetória de estudantes atendidos por programas de assistência estudantil.** Educ. rev. [online]. 2021, vol.37, e228757. Epub 03-Ago-2021. <https://doi.org/10.1590/0102-4698228757>.

GRUPO GAY DA BAHIA (GGB). **Relatório anual de mortes violentas de LGBT+ no Brasil. Salvador, 2018.** Disponível em: <http://aliancalgbti.org.br/wp-content/uploads/2019/12/relat%C3%B3rio-de-crimes-contra-lgbt-brasil-2018-grupo-gay-da-bahia.pdf>.

HOFLING, Eloisa de Mattos. **Estado e Políticas (Públicas) sociais.** Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, novembro, 2001. Disponível em: <http://scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539>.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós estruturalista.** - Petrópolis, Rio de Janeiro. Vozes, 1997.

Machado, D. F., Graupe, M. E., & Locks, G. A. (2020). **Políticas Públicas LGBTTT e a Educação: avanços ou retrocessos?** Cadernos De Gênero E Diversidade, 6(2), 34–53. <https://doi.org/10.9771/cgd.v6i2.34847>

MYERS, D. G. (1995). **Psicología social. México:** McGraw-Hill.

MOREIRA, Yan Faria. **Saindo do armário e da escola: índices e causas de evasão de indivíduos não heterossexuais das instituições de ensino.** 2011. Disponível em: periodicos.ufes.br/gepss/article/download/3873/3088

PEDAGOGIA - EDUCAÇÃO DO CAMPO. **Projeto Político Pedagógico**. Disponível em: <http://pedagogiaeducampufpb.blogspot.com.br/>.

PEIXOTO, Valdenízia Bento. **Violência contra LGBTs no Brasil: a construção sócio-histórica da abjeção dos corpos**. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 16., 2018, Vitória. Anais [...]. Vitória: UFES, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/23589>.

Souza, E. M. de, & Pereira, S. J. N. (2013). **(Re)produção do heterossexismo e da heteronormatividade nas relações de trabalho: A discriminação de homossexuais por homossexuais**. RAM – Revista de Administração Mackenzie, 14(4), 76-105. doi:10.1590/s1678-69712013000400004

PRADO, V. M. do, & ALTMANN, H. (2023). **Problematizações sobre acesso e permanência de estudantes LGBTQIA+ na universidade pública: apontamentos sobre produções acadêmicas**. Revista Brasileira De Política E Administração Da Educação - Periódico científico Editado Pela ANPAE, 39(1). <https://doi.org/10.21573/vol39n12023.118646>

SANTOS, J. B. dos, & JEZINE, E. (2020). **Impactos da formação superior em Educação do Campo no perfil socioeconômico e profissional de egressos**. Educação, 45(1), e87/ 1–28. <https://doi.org/10.5902/1984644438575>.

SANTOS, Jailson Batista dos. **Avaliação de egressos do curso de Pedagogia em Educação do Campo sobre os impactos da formação nos campos pessoal e profissional**. 2020. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/18130>.

SANTOS, Jailson Batista dos. **Os desafios da permanência de estudantes LGBT na universidade: uma perspectiva da diversidade sexual no curso de Pedagogia – Educação do**

Campo. 2017. 78 f. TCC (Graduação) - Curso de Pedagogia - Educação do Campo, Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba-UFPB, João Pessoa, 2017.

SCOTT, Joan W. **El problema de la invisibilidad.** In: ESCANDÓN, C.R. (Org.) *Gênero e História.* México: Instituto Mora/UAM, 1989.

SEFFNER, Fernando. **Equívocos e armadilhas na articulação entre diversidade sexual e políticas de inclusão escolar.** In *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas / Rogério Diniz Junqueira (organizador).* Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

SILVA, Apolônia Ferreira da; LOPES E SILVA, Cibelle Cristina; CASTRO, Roney Polato de. **Constituindo subjetividades no ensino superior: processos formativos, gêneros e sexualidades.** *Revista Diversidade e Educação, Rio Grande, v .9, n. Especial, p. 205-230, 2021.* Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/12648>

SILVA, Kelly. **Currículo, gênero e identidade na formação de professores/as.** 2011, p. 34 - 35. Disponível em: <http://www.ufjf.br/ppge/files/2011/07/Curr%C3%ADculo-g%C3%AAnero-e-identidade-naforma%C3%A7%C3%A3o-de-Professores-as.pdf>

SOUZA, Janice Aparecida de. **Estratégias de escolarização de homossexuais com sucesso acadêmico.** Belo Horizonte, 2013. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUBD9BWHB3/estrategias_de_escolarizacao_de_homossexuais_com_sucesso_academico.pdf?sequence=1

UFPB. Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante – PRAPE. **Processos Seletivos.** 2012. Disponível em: <http://www.ufpb.br/prape>

UFPB. CENTRO DE EDUCAÇÃO. **Pedagogia – Educação do Campo**. Disponível em: <http://www.ce.ufpb.br/ce/contents/paginas/graduacao/pedagogia-2013-educacao-docampo>.

UFPE. Portal de Notícias. **Universidade Federal de Pernambuco lança Política LGBT**. Disponível em: https://www.ufpe.br/sib/index.php?option=com_content&view=article&id=459:universidade-federal-de-pernambuco-lanca-politica-lgbt&catid=6:noticia&Itemid=122

ZAGO, Nadir. **Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares**. Revista Brasileira de Educação v. 11 n. 32 maio/ago. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782006000200003>

Sobre o autor

Jailson Batista dos Santos

Mestrado em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Graduação em Pedagogia com área de aprofundamento em Educação do Campo, também pela UFPB. Recebeu o prêmio de Lâurea Acadêmica Destaque da Graduação, alcançando o 1º lugar no desempenho acadêmico. Graduação em Letras - Língua Portuguesa pela Faculdade Prominas. Pós-Graduação Lato Sensu em Docência e Gestão da Educação à Distância pela Faculdade FOCUS. Pós-Graduação Lato Sensu em Coordenação Pedagógica e Escolar também pela Faculdade FOCUS. Seus estudos concentram-se em temas relacionados às Políticas de Educação Superior, Políticas de Inclusão na Educação Superior, Processos de Democratização do Conhecimento, Educação Popular e Movimentos Sociais. Sua pesquisa analisa as categorias de acesso, permanência e conclusão em cursos de graduação para estudantes em situação de vulnerabilidade social, especialmente no contexto da diversidade sexual e de gênero. Além disso, investiga os impactos da formação superior em Educação do Campo no desenvolvimento pessoal e profissional dos egressos.

Esta obra é resultado de uma pesquisa realizada em 2017, cujo objetivo foi analisar os desafios para a permanência de estudantes LGBT no Curso de Pedagogia - Educação do Campo da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Fundamenta-se nos pressupostos de Pierre Bourdieu sobre Sociologia e Educação, destacando a importância do capital social, cultural e econômico na vida dos indivíduos e nas condições de inclusão/exclusão vivenciadas no contexto educacional. A pesquisa revela as complexas experiências desses estudantes no ambiente universitário, demonstrando que a permanência na universidade representa um verdadeiro ato de resistência.